

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

MILENA CRISTINA BELANÇON

Ondas e ressacas do Feminismo de Estado no Brasil: ativistas institucionais
em contexto de mudança.

Maringá
2020

MILENA CRISTINA BELANÇON

Ondas e ressacas do Feminismo de Estado no Brasil: ativistas institucionais
em contexto de mudança.

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciências Sociais.

Área de concentração: Sociedade e Políticas Públicas.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Carla Almeida.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

B426o

Belançon, Milena Cristina

Ondas e ressacas do feminismo de Estado no Brasil : ativistas institucionais em contexto de mudança / Milena Cristina Belançon. -- Maringá, PR, 2020.
75 f.

Orientadora: Profa. Dra. Carla Cecilia Rodrigues Almeida.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2020.

1. Feminismo de Estado. 2. Feminismo - Contexto político. 3. Ativismo institucional. 4. Femocratas. I. Almeida, Carla Cecilia Rodrigues, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

CDD 23.ed. 305.3

MILENA CRISTINA BELANÇON

Ondas e ressacas do Feminismo de Estado no Brasil: ativistas institucionais em contexto de mudança

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

COMISSÃO JULGADORA




Prof^ª. Dr^ª. Carla Cecília Rodrigues Almeida
Universidade Estadual de Maringá (Presidente)



Prof. Dr. Eder Rodrigo Gimenes
Universidade Estadual de Maringá (UEM)



Prof^ª. Dr^ª. Maria Lígia Ganacim Granado Rodrigues Elias
Centro Universitário de Maringá (UniCesumar)



Prof^ª. Dr^ª. Meire Mathias
Coordenadora PGC

Aprovada em: 10 de março de 2020

Local de defesa: Bloco H-12, sala 014, *campus* da Universidade Estadual de Maringá

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Osmar e Gercina, que sempre me guiaram pelos caminhos da coragem, liberdade e amor. Carrego sempre comigo as palavras da minha mãe quando me trouxe de mudança pra Maringá, e também não esqueço que meu pai esperou para chorar longe de mim, quando eles foram embora e eu fiquei. Junto a eles, agradeço aos meus irmãos, Marcelo e Marcos, que, aos seus modos, sempre me fortalecem e mostram que em nenhum momento estarei sozinha. Como nada é tão bom que não possa melhorar, agradeço ainda às cunhadas, Aline e Anna Paula, e aos sobrinhos, Ana Helena e Lorenzo. Agradeço também ao Léo, o irmão que eu escolhi, por dividir comigo a moradia, as angústias, as risadas e os planos de dominar o mundo.

Agradeço às amigas e amigos, de longe e de perto, novos e antigos, por existirem e, desse modo, tornarem a minha existência melhor. De modo particular agradeço ao Pablo, por ter acompanhado de perto boa parte dessa trajetória, sempre me incentivando, apoiando e muitas vezes acreditando mais em mim do que eu mesma.

Agradeço aos colegas do NUPPOL (Núcleo de Pesquisas em Participação Política), pela amizade e contribuições que extrapolam a academia e vão também para o bar, para as viagens, manifestações, churrascos e onde mais estivermos. Nesse sentido não posso deixar de citar os nomes de Carolina Guarniéri, Bárbara Dourado e Filipe Faeti, que foram presentes valiosos nessa caminhada.

À pessoa que me apresentou a pesquisa científica e trilhou comigo os caminhos que me trouxeram até aqui, Professora Carla Almeida, agradeço pela confiança em mim depositada já no segundo ano da graduação, me orgulho do trabalho que desenvolvemos desde então, com todo respeito e admiração que uma dupla deve ter.

Meus sinceros agradecimentos à banca de qualificação e defesa, composta por pessoas/profissionais que admiro imensamente, Professora Luciana Tatagiba, Professora Maria Lígia Elias e Professor Éder Gimenes, minha consideração pelo trabalho de vocês cresceu ainda mais após a atenção e respeito direcionados ao meu trabalho. Vocês são inspirações, além de referências.

À Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), agradeço pela bolsa, que viabilizou a realização do mestrado em forma de dedicação exclusiva, e faço votos de que essa oportunidade se mantenha disponível (e se amplie!) para os que vierem depois de mim. Sinceros agradecimentos, já saudosos, ao corpo docente do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UEM, pessoas com as quais tive o privilégio de aprender - não somente teorias – nesses 7 anos de UEM.

Por fim agradeço àquelas que deram substancialidade ao meu trabalho, as mulheres que cederam seu tempo e sua memória para que eu pudesse compor essa dissertação, espero que as análises que trago aqui sejam dignas de suas bravas e inspiradoras trajetórias.

“[...] o meu compromisso era tentar implementar na prefeitura aquilo que o movimento tinha acumulado em termos de reivindicação de políticas para as mulheres.” (Entrevista 3)

“[...] quando tu é gestora, tu tem que lembrar que tu é militante e que independente de tu estar ou não gestora, as entidades, os coletivos, o movimento social, têm legitimidade para fazer cobrança, ele tem que fazer, porque se ele não faz as políticas não andam.” (Entrevista 4)

Ondas e ressacas do Feminismo de Estado no Brasil: ativistas institucionais em contexto de mudança.

RESUMO

O ativismo institucional, repertório de ação política caracterizado pela atuação de militantes de movimentos sociais na burocracia estatal, foi adotado por diversos movimentos sociais no Brasil, principalmente a partir da redemocratização do país, como forma de concretização de demandas. Entre estes, parcelas de movimentos feministas também passaram a buscar vias de luta por direitos para além das instâncias tradicionais de representação e dos repertórios característicos da ação direta. Nesse trabalho, destacamos resultados e momentos importantes do processo de institucionalização das demandas feministas no Brasil e utilizamos empiricamente a análise de distintas trajetórias de mulheres que atuaram enquanto ativistas institucionais para um estudo exploratório sobre como elas estão lendo e experimentando as mudanças políticas recentes que apontam para o desmonte das conquistas e para o fechamento do Estado à interlocução com movimentos sociais. Embora a origem dessas mudanças remonte a um período anterior, consideramos que a partir do segundo mandato de Dilma Rousseff (PT), em 2015, elas começam a incidir mais diretamente sobre as conquistas feministas. Nesse sentido, recuperamos as teóricas feministas, principalmente aquelas que teorizaram sobre o “Feminismo de Estado”, e os estudos sobre movimentos sociais, para captar o impacto do contexto atual na atuação de femocratas e nas conquistas institucionais do feminismo nesse momento em que Estado e Movimentos progressistas se distanciam mediante o avanço da agenda conservadora.

Palavras-chave: Feminismo de Estado, Femocratas, Ativismo Institucional, Contexto Político.

Waves and undertows of State Feminism in Brazil: institutional activists in a changing context.

ABSTRACT

Institutional activism, a repertoire of political action characterized by the performance of militants of social movements in the state bureaucracy, was adopted by several social movements in Brazil mainly due to the redemocratization of the country, as a way of fulfilling demands. Among these, portions of feminist movements also began to seek ways of fighting for rights beyond the traditional instances of representation and the characteristic repertoires of direct action. In this work, we highlight results and important moments in the process of institutionalization of feminist demands in Brazil and empirically use the analysis of different paths of women who have acted as institutional activists for an exploratory study on how they are reading and experiencing the recent political changes that point to the dismantling of conquests and to the stop of the dialogue between State and social movements. Although the origin of these changes goes back to an earlier period, we consider that from the second term of Dilma Rousseff (PT), in 2015, they begin to focus more directly on feminist conquests. In this sense, we recover feminist theorists, especially those who theorized about “State Feminism”, as well as studies on social movements, to capture the impact of the current context on the performance of femocrats and on the institutional conquests of feminism at this time when the State and Movements become distant due to the advance of a conservative agenda.

Keywords: State Feminism, Femocrats, Institutional Activism, Political Context.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPOCS	Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais
APM	Agência de Políticas para as Mulheres
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CNDM	Conselho Nacional de Políticas para Mulheres
CNPM	Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres
CPM	Conselhos de Políticas para Mulheres
CRAM	Centro de Referência e Atendimento às Mulheres
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MUNIC	Pesquisa de Informações Básicas Municipais
OIG	Observatório de Igualdade de Gênero
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPM	Organismo de Política para Mulheres
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PNPM	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
SINAPOM	Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres
SPM	Secretaria Especial de Políticas para Mulheres
TCU	Tribunal de Contas da União
UBM	União Brasileira de Mulheres

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.....	15
2. FEMINISMO E ESTADO: APORTES TEÓRICOS E INSTRUMENTOS DE ANÁLISE.....	20
2.1 DISPUTAS FEMINISTAS PELO ESTADO BRASILEIRO.....	21
2.2 CONSTRUINDO INSTRUMENTOS DE ANÁLISE.....	30
3. ENTRE OPORTUNIDADES E DISPUTAS, O FEMINISMO VAI AO ESTADO.....	37
3.1 OPORTUNIDADE QUE SE CAVA: TRAJETOS E ENTRADA NO ESTADO.....	38
3.2 CONTEXTO POLÍTICO E ENCAIXE INSTITUCIONAL.....	45
3.3 LIÇÕES DO ATIVISMO INSTITUCIONAL FEMINISTA.....	52
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
REFERÊNCIAS.....	69
ANEXO I - Roteiro de entrevista.....	73

INTRODUÇÃO

O movimento feminista brasileiro possui um histórico de aproximações e distanciamentos em relação ao Estado. Considerando a ditadura militar (1964 – 1985) como um marco de efervescência de diversas organizações feministas, naquele momento o Estado representava o inimigo, por seu caráter opressor e persecutório. Com a abertura política e a experiência adquirida na luta das feministas contra a ditadura, a inclusão da perspectiva de gênero no debate público tornou-se fundamental para a construção da democracia. Dessa forma, foi colocada em evidência a necessidade de que o Estado incluísse as pautas das mulheres na agenda pública. Neste cenário de redemocratização, vertentes do movimento feminista aproximaram-se do Estado, ainda que no seu interior tal opção tenha sido um objeto constante de divergências e tensões devido ao risco apontado por muitas ativistas de perda da autonomia do movimento.

Tal aproximação se deu de várias formas, como parcerias entre Organizações não governamentais (ONGs) e poder público na execução de programas sociais, participação de feministas em Conselhos Gestores e Conferências de Políticas Públicas, e também via ocupação de cargos na burocracia estatal, repertório ao qual damos atenção especial neste trabalho. Estas incursões ao Estado foram ainda mais notáveis na esfera federal durante os governos petistas (2003 – 2016). Tal aproximação entre Estado e movimentos sociais nesse período deveu-se, entre outros, ao fato do Partido dos Trabalhadores (PT) ser composto, em grande parte, por militantes organizados em diversos movimentos sociais, inclusive o feminista. Além disso, historicamente, partidos alinhados à esquerda têm sido mais receptivos às pautas feministas (BOHN, 2010).

No Brasil, a bibliografia sobre ação coletiva e movimentos sociais se debruçou sobre a aproximação entre Estado e movimentos sociais no período pós redemocratização, e particularmente durante o período dos governos petistas, buscando compreender as diversas formas da presença ativista na política institucional. Nesse debate, o repertório específico de ocupação de cargos na burocracia estatal foi chamado “ativismo institucional” ou “ativismo estatal” que, segundo Domitila Cayres (2015, p. 61), diz respeito aos “participantes de movimentos sociais que ocupam *status* formais dentro do governo, que perseguem objetivos do movimento através dos canais burocráticos, que têm rotina como membros políticos”. Nesse trabalho, elegemos como foco a atuação das chamadas “femocratas”, termo cunhado pela bibliografia feminista, equivalente à ativista institucional. Segundo Ann Banaszak

(2005), *Femocrats* é um termo que designa (a) feministas que ocupam cargos de chefia nos mecanismos de políticas para mulheres, (b) feministas com cargos de qualquer parte da burocracia, e (c) feministas que atuam em mecanismos de políticas para mulheres. Nosso principal objetivo é captar o impacto do contexto atual brasileiro na atuação de femocratas e nas conquistas institucionais do feminismo nesse momento em que Estado e Movimentos se distanciam novamente mediante o avanço da agenda conservadora.

As aproximações do movimento feminista com o Estado foram denominadas por um campo de estudos feministas “Feminismo de Estado”. Sendo teorizado por diversas autoras, o Feminismo de Estado (*State Feminism*) constitui-se como um amplo campo de debate. Segundo Amy G. Mazur e Dorothy E. McBride (2008, p. 255, tradução nossa), o conceito serve para definir “ações das agências de políticas para mulheres para incluir demandas e atrizes do movimento de mulheres no Estado para produzir resultados feministas nos processos políticos, ou impacto social, ou ambos”¹. Para as autoras, o conceito não opera de forma dicotômica, mas por meio de um *continuum*, pois os casos podem variar desde o “extremo positivo”, de plena incorporação pelo Estado da agenda de gênero, até a completa ausência dela. Dessa forma, as autoras consideram esse extremo positivo como um tipo ideal, sendo que quanto mais a burocracia do Estado está organizada para responder as demandas da igualdade de gênero, mais esse Estado se aproximaria do Feminismo de Estado.

Assumimos como referência aquela parte da bibliografia que considera que o “Feminismo de Estado” abarca o conjunto de conquistas feministas que promovem uma mudança na visão do Estado, operando em ressignificar as relações Estado-sociedade na direção de promover ganhos para as políticas públicas com perspectivas feministas. Desse modo, consideramos o Feminismo de Estado enquanto um conjunto de práticas, mecanismos, ações - entre elas a atuação de feministas na burocracia - que operam no sentido de mover as estruturas do Estado em direção a uma maior igualdade de gênero, atuando por dentro dele. O Estado feminista constitui o ponto de chegada de uma longa caminhada que ora avança, ora retrocede, em movimentos não lineares, tais quais as ondas e ressacas que fazemos uma analogia no título dessa dissertação.

Layla Carvalho (2019, p. 292) aponta que “o feminismo de Estado apresenta alguns desafios para sua observação em países latino-americanos”, por conta de ser um conceito importado do Norte global, criado para dar conta de democracias consolidadas, o que não

¹ *The actions by women’s policy agencies to include womens movement demands and actors into the state to produce feminist outcomes in either policy processes or societal impact or both.*

abarcaria, portanto, particularidades do nosso contexto. Esta advertência é especialmente relevante neste momento, tendo em vista a conjuntura política brasileira.

Recentemente passamos por mudanças importantes que constroem e contestam o avanço do Feminismo de Estado, ocorrido desde o período da redemocratização e, particularmente, durante os governos petistas. Essas mudanças culminaram na eleição, em 2018, de um Presidente da República declaradamente antifeminista (Jair Bolsonaro/PSL), mas podemos dizer que elas remontam a um processo anterior de avanço da agenda conservadora na sociedade brasileira que já havia se expressado nas eleições presidenciais de 2010, quando o país elegeu sua primeira Presidenta, Dilma Rousseff, marcando o início do terceiro mandato do PT na esfera federal. Conforme mostram Marlise Matos e Marina Brito Pinheiro (2012, p. 87), apesar de o país ter eleito a primeira mulher para o comando do país, o pleito de 2010 foi marcado por debates e acusações envolvendo uma “renovada abordagem extremamente conservadora” para os temas do aborto, direitos humanos e união homossexual. Nos protestos que ficaram conhecidos como “jornadas de junho de 2013”, mais uma vez ficariam evidentes as vozes conservadoras da sociedade, canalizadas então para o nacionalismo². No acirrado pleito de 2014, em contexto de dificuldades econômicas, embora Dilma Rousseff tenha vencido e iniciado o quarto mandato do PT, as forças conservadoras ganharam densidade e contestaram, desde o primeiro momento, a legitimidade do novo governo. Particularmente sobre as discussões de gênero, vimos já em 2014 o grande alarde promovido em torno da construção dos Planos de Educação, em uma perseguição ao que chamaram “Ideologia de Gênero”. Iniciado pelo movimento “Escola sem Partido”, a campanha se espalhou por estados e municípios incidindo diretamente na opinião pública com um discurso que exercia “denegação de mulheres, negras/os e de LGBTQIAs em políticas educativas” (CARVALHO; POLIZEL, 2018, p. 605).

Num contexto mais amplo, de pressões ao governo, desde o início do segundo mandato de Dilma Rousseff (PT), em 2015, observou-se uma incidência mais direta sobre as conquistas feministas, evidenciado com o fim do caráter exclusivo da Secretária Nacional de Políticas para as Mulheres (SPM), tornando-se o “Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos”, segundo a MP nº 696, de 2 de Outubro de 2015. Nesse contexto, o acirramento da crise política e a volta dos protestos contra o governo leva ao

² Os protestos ocorridos em junho de 2013 no Brasil são objetos de vários estudos, que enfatizam tanto a presença das forças de esquerda, como de direita nas ruas, bem como a nova configuração de suas expressões e repertórios. Há várias interpretações sobre a presença de tais forças nos protestos e seus desdobramentos para o Brasil (ALONSO, 2017; BRINGEL; PLEYERS, 2015).

processo de *impeachment* da Presidenta Dilma iniciado em 2 de Dezembro de 2015, com a aceitação pelo presidente da Câmara dos Deputados de uma denúncia por crime de responsabilidade.

O que se desenrola a partir desse período tem sido colocado por parte da bibliografia como uma ruptura institucional, gerada por uma profunda crise política, que levou ao *impeachment* de Dilma Rousseff, fato compreendido por vários analistas e por parte da opinião pública como uma ruptura democrática (RIOS, 2019; SANTOS; SZWAKO, 2016). Tal como a mudança no contexto político ocorrida quando da redemocratização, e da chegada dos governos petistas à Presidência, o tortuoso caminho que se desenha desde os últimos quatro anos no cenário político brasileiro aponta agitações nas marés do Feminismo de Estado, impacto que chega também nas demais instâncias (estaduais e municipais) de políticas públicas para as mulheres.

É simbólico que o *impeachment* tenha se consumado durante a realização da 4ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres (CNDM), que ocorreu entre os dias 10 e 13 de Maio de 2016. Segundo o relatório da 4ª CNDM, o discurso da então Presidenta no evento foi marcado por um posicionamento de denúncia a um “golpe³ machista e misógino”. Sobre o *impeachment*, autoras de diversas áreas do conhecimento produziram bibliografias sobre o peso machista que acompanhou todo o processo, desde campanhas que buscavam colocar Dilma em situações vexatórias e de abuso, até o tratamento dado a esta pela mídia. Existem evidências de que ali já estava presente a perseguição às discussões de gênero que vivemos ainda mais intensamente hoje (RUBIM; ARGOLO, 2018).

Desse modo podemos perceber o impacto do contexto político, pois ainda que houvesse descontentamento das feministas com a gestão de Dilma Rousseff, a atuação destas na Conferência Nacional buscou impor uma resistência aos ataques que a então Presidenta vinha sofrendo. Logo após a Conferência, Dilma foi afastada de suas atividades e iniciou-se o governo interino de seu vice, Michel Temer (MDB). Com isso diversas conselheiras do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher renunciaram a seus mandatos, alegando que não reconheciam a legitimidade do novo governo, e denunciando um golpe machista e misógino à Presidenta⁴. Mais uma vez a relação entre o Estado e o movimento feminista foi colocada à prova, demonstrando a tensão desse relacionamento.

3 Como mencionamos, parte da bibliografia, da opinião pública e dos ativistas consideram que a retirada de Dilma Rousseff do poder constituiu uma ruptura democrática, ou um golpe.

4 Carta de renúncia coletiva disponível em <<https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/carta-de-renuncia-ao-conselho-nacional-de-direitos-das-mulheres-jun2016/>> Acesso em 27 de Nov. de 2019.

Durante o governo de Temer o movimento feminista continuou mobilizado em diversos protestos de rua, como o “Todas contra 18”, onde movimentos feministas se mobilizaram contra a PEC 181/2015, que tratava da criminalização do aborto inclusive em casos de estupro.

As eleições presidenciais de 2018, em consonância com a ofensiva conservadora que vivemos, demonstraram o advento de uma “nova direita” reacionária e autoritária com a eleição de Jair Bolsonaro (PSL). Ainda durante a campanha pudemos vivenciar o acirramento da relação entre o atual Presidente e os movimentos feministas, marcado principalmente pelo fenômeno dos grupos “Mulheres contra Bolsonaro”⁵ e a realização dos atos “#eleNão”⁶. Já nos primeiros dias de governo, Jair Bolsonaro instituiu o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. Notamos que o próprio nome da pasta já sugere uma mudança de perspectiva, pois ao colocar a “Família” no nome da instância, associa as mulheres ao lar, à família, e aos cuidados, como forma de recolher as mulheres ao âmbito privado mais uma vez. Além disso, a nomeação de uma pastora evangélica e conservadora como Ministra da pasta reforça essa perspectiva.

Se, até então, o movimento feminista havia conquistado a inserção da perspectiva de gênero num ideal de democracia a ser concretizado, atualmente acreditamos, assim como Wendy Brown (2018), que vivemos um período de desdemocratização. Esse fenômeno implica precisamente no esvaziamento dos fundamentos de igualdade antes perseguidos. Fundamentos que implicavam na ideia de que as políticas estatais deveriam assumir como objetivo a promoção de uma igualdade substantiva entre os gêneros, alterando visões arraigadas e instituições que obstaculizam a participação das mulheres, como uma igual, na vida em sociedade. Numa perspectiva feminista, é fundamental ressaltar que esse ideal exige que a democracia, além de nortear as regras que organizam o sistema político, também seja uma referência para as relações em sociedade, o que implica a politização de dimensões da vida privada (PHILLIPS, 2011).

Na direção contrária a essa perspectiva e ao próprio curso anterior da política para mulheres no Brasil, vivemos hoje o que Bruna Aguiar e Matheus Pereira (2019) chamam de institucionalização do *backlash* antifeminista. Esse *backlash* comporta uma narrativa

5 Cf. SILVA, Mayara L. B. #MULHERESCONTRABOLSONARO: reflexões sobre o maior movimento de mulheres do Brasil. In: Seminário de Participação Política e Democracia, IV, 2019. *Anais...* Maringá, 2019. pp 154-166.

6“#EleNão: A manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos” <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>>

constituída pelos seguintes elementos:

uma visão estereotipada do feminismo e a respeito das feministas; a inversão de causas, ou seja, ao invés de vincular os problemas sociais à ideologia patriarcal, atribuir os problemas vivenciados pelas mulheres ao feminismo; criação de mitos que geram insegurança na busca pela independência feminina, há um conjunto de características negativas atribuído as mulheres feministas, gerando um receio de receber tais atributos, e, por fim, diminuir o movimento feminista como sendo algo corriqueiro, recente e passageiro, negando todas as experiências vividas até agora. (AGUIAR; PEREIRA, 2019, p. 19)

A institucionalização do *backlash* antifeminista é, portanto, o componente fundamental da “ressaca” à qual fazemos referência no título deste trabalho, caracterizando um período de distanciamento entre Estado e Movimento Feminista. Ainda que o Brasil seja um território vasto e diverso entre seus estados e municípios, a relação vertical entre as esferas da federação no que diz respeito à política para mulheres é muito forte, o que nos embasa a afirmar o impacto do *backlash* antifeminista partindo da esfera nacional.

A atual ofensiva às pautas feministas, segundo Flávia Biroli (2019), deve-se ao fato do feminismo ser “potência e alvo” e ela vai além das políticas públicas, atingindo diferentes dimensões da sociedade. Segundo a autora essa seria:

[...] uma reação que se estabelece duplamente. Trata-se de reação à atuação dos movimentos feministas no âmbito do Estado. Mas se trata, também de reação a mudanças sociais, ao cotidiano das relações de gênero, em que a vivência da sexualidade e as configurações do feminino e do masculino se alteraram. Daí parte dessa reação estar voltada diretamente para o debate nas escolas, procurando restringir não apenas a perspectiva de gênero nas políticas públicas e nos conteúdos escolares, mas cercear o debate. (BIROLI, 2019, p. 114)

Levando em conta as aproximações e distanciamentos entre Feminismo e Estado no Brasil, nesse trabalho colocamos o foco nas ativistas institucionais que viveram e vivem o momento de virada neste relacionamento. Nessa perspectiva, buscamos observar não só as ondas, mas também as ressacas dessa relação, procurando responder as seguintes perguntas: De que forma o atual contexto adverso impacta as conquistas do Feminismo de Estado? Como as femocratas experimentaram a mudança de contexto político atuando dentro do Estado? Qual tem sido a agência dessas feministas nessa conjuntura?

1.1 Procedimentos metodológicos e organização do trabalho

Para fins desse trabalho, consideraremos como marco inicial da mudança de conjuntura para o Feminismo de Estado, que aqui vamos tratar, o ano de 2015, ainda no governo Dilma, momento em que ocorreu a dissolução da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres enquanto órgão exclusivo. Conforme Sonia Malheiros Miguel, “o golpe pode ter sido ‘formalizado’ com a decisão do Congresso sobre o impedimento da Presidenta Dilma Rousseff, mas na vida das mulheres (e não só nas delas) ele já estava em processo” (Miguel, 2019, p. 24).

A metodologia da pesquisa é qualitativa e obtém seus resultados a partir de entrevistas semiestruturadas⁷ com feministas que estavam ocupando cargos na burocracia estatal em 2015, ou que passaram a ocupar a partir desse ano, e de levantamento de dados secundários referentes à políticas públicas para mulheres. Ao longo desse trabalho, vamos nos referir de forma alternada a essas mulheres como “femocratas” ou “ativistas institucionais”. Sobre a denominação femocrata, lembramos aqui que Abers (2019) chama a atenção para o uso da palavra ativista enquanto remetendo sempre a algo “ativo”, “pró-ativo”. Ela afirma, entretanto, que “nem toda ação envolve um trabalho proativo em direção a uma concepção do futuro. Ao mesmo tempo, nem toda ação proativa é ativista” (p. 25). Inspiramo-nos nessa ideia para sugerir que o recorrente desconforto que notamos existir em torno da palavra “femocrata” deve-se por ela remeter-se, foneticamente, mais ao qualificativo “burocrata” do que “ativista”, por isso é preterida muitas vezes em diversas análises. Sugerimos que o desconforto que a palavra “femocrata” gera pode estar associado a expectativa que acompanha a ideia de ativismo como algo necessariamente “pró-ativo” e, portanto, diferente e separado do Estado e da burocracia.

Quanto às entrevistas, buscamos as femocratas por meio de indicação dentro dos movimentos e/ou por outras ativistas, além da busca por notícias em sites das prefeituras e de notícias que indicassem a presença de uma mulher feminista em um Organismo de Políticas para Mulheres. Salientamos que pela dificuldade em “mapear” mulheres feministas, uma vez que não há um registro formal que ateste essa condição, contamos com o princípio de autodeclaração dessas mulheres e reconhecimento enquanto feminista por possuir trajetória neste campo.

A seleção dos casos parte da amostragem por casos múltiplos (PIRES, 2008), que trata

⁷ O roteiro base utilizado nas entrevistas encontra-se anexo.

de “conhecer pontos de vista sobre desenvolvimento de fatos ou funcionamento de uma instituição [...]” (p. 194). Partindo do princípio da diversificação interna do grupo, entrevistamos 8 mulheres feministas que atuam ou atuaram em Organismos de Políticas para Mulheres. Trata-se portanto de uma amostra qualitativa por contraste-aprofundamento, onde, segundo Álvaro Pires (2008), os casos se complementam e proporcionam uma análise comparativa que possibilita um conhecimento mais apurado das múltiplas faces do fenômeno investigado.

Nesta mesma perspectiva, Márcia Lima (2016) afirma que o resultado da história oral seria produzir depoimentos de pessoas que vivenciaram determinados eventos históricos que, com demais pessoas, formam um conjunto de experiências comuns. Portanto, a busca por essa diversidade de informantes tem como fim captar as singularidades experienciadas em diferentes contextos, por mulheres distintas e com trajetórias diversas, e desse modo obter um panorama mais plural da atuação feminista no Estado.

Sabemos que as femocratas ocuparam lugares em diferentes áreas da política, como na saúde, atuando pelas pautas de direitos sexuais e reprodutivos e atenção à saúde da mulher (CARVALHO, 2019). Porém, nosso recorte empírico foi pelas feministas que trabalharam no setor de política para mulheres. Essa opção é justificada tendo em vista que a difusão de Organismos de Políticas para Mulheres (OPMs) também é um dos componentes do Feminismo de Estado. Tendo em vista que os OPMs se configuraram enquanto espaços complexos, ao concretizarem o hibridismo entre movimento e governo, torna-se ainda mais salutar entender a importância da difusão desses órgãos.⁸

Sabendo que temos por unidade do grupo de entrevistadas feministas que atuaram no Estado na área de políticas públicas para as mulheres durante a mudança recente no contexto político e que, segundo Lima (2016, p. 26), “a entrevista é uma conversa que pode ser mais ou menos sistemática, cujo objetivo é obter, recuperar e registrar as experiências de vida guardadas na memória das pessoas”, a intenção é que com as entrevistas possamos levantar elementos fundamentais para a compreensão da experiência intraestatal e captar ainda quais os impactos do contexto político recente para o Feminismo de Estado a partir do olhar de quem esteve *in loco*.

8 Notamos que existem diversos conceitos (Agências de Políticas para Mulheres, Órgãos de Políticas para Mulheres, Organismos de Políticas para Mulheres, Mecanismos de Políticas para Mulheres) para referir-se ao mesmo conjunto de instâncias institucionais responsáveis por formular e implementar políticas públicas para mulheres. Neste trabalho optamos por utilizar o termo “Organismos de Políticas para Mulheres” (OPMs) por entender que este termo abarca vários tipos de instâncias (secretarias, diretorias, gerências), desse modo padronizamos a referência para OPM quando possível.

Uma breve descrição do perfil e demais informações sobre as entrevistas utilizadas neste texto podem ser encontradas no quadro 1.

Quadro 1 - Entrevistas realizadas

Referência	Esfera de atuação	Perfil e Trajetória
Entrevista 1	Federal	73 anos. Mulher branca, foi presa política na ditadura militar e milita pela causa feminista desde então. Fundadora do PT, partido no qual milita até hoje. Trabalhou na SPM entre 2012 e 2016, em gestão do PT.
Entrevista 2	Municipal	72 anos. Mulher negra, sua militância parte do movimento negro e do movimento de mulheres negras. Não possui relação orgânica com partidos políticos. Atuou em OPM entre os anos de 2017 e 2018, em gestão do PDT.
Entrevista 3	Municipal	64 anos. Mulher negra, sua militância parte dos movimentos da igreja católica. É filiada ao PT, porém, considera sua atividade partidária distante atualmente. Atuou em OPM entre os anos de 2009 e 2016 em dois municípios diferentes, ambos com gestão do PT.
Entrevista 4	Municipal	34 anos. Mulher negra, sua militância iniciou-se no movimento estudantil e está organizada junto à União Brasileira de Mulheres (UBM) até hoje. Filiada ao PCdoB há 15 anos. Atua em OPM desde 2017 até atualmente, em gestão do PT.
Entrevista 5	Municipal	52 anos. Mulher branca, sua militância iniciou-se no movimento partidário. Filiada ao PT há 30 anos. Atuou em OPM entre 2013 e 2016, em gestão do PT.
Entrevista 6	Municipal	32 anos. Mulher parda, sua militância iniciou-se no movimento de mulheres de seu bairro. Não possui vínculos partidários. Atua em OPM desde 2017 até atualmente, em gestão do Podemos.
Entrevista 7	Municipal/Estadual	44 anos. Mulher parda, sua militância iniciou-se no movimento partidário. Filiada ao PT e posteriormente ao PDT, partido ao qual é filiada até hoje. Atuou em OPM municipal entre 2013 e 2015, e atualmente atua em OPM estadual, desde 2019, em gestão do PDT.
Entrevista 8	Estadual/Federal	51 anos. Mulher negra, sua militância iniciou-se no movimento comunitário. Filiada ao PT. Atuou em OPM estadual entre 1999 e 2002 e no OPM federal de 2003 até 2012, e

		depois novamente entre 2014 e 2016, todos com gestão do PT.
--	--	---

Elaboração Própria

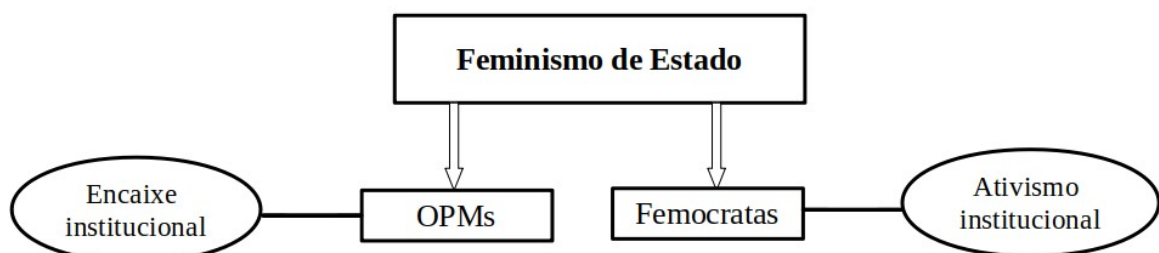
O trabalho empírico feito por meio de entrevistas é muito rico e também muito delicado, portanto, como forma de preservar as identidades das entrevistadas salientamos que observações podem ter sido omitidas dos trechos aqui transcritos, assim como os nomes das entrevistadas e dos locais de trabalho destas.

A pesquisa também se baseou no levantamento de dados secundários, como reportagens e dados (que foram apresentados e identificados sempre que necessário) que contivessem conteúdos que abordem as políticas públicas para mulheres, já que dada a atualidade do estudo proposto nesta pesquisa, faz-se necessário uma constante atualização sobre os temas relativos ao contexto político, às políticas públicas para mulheres e aos movimentos feministas.

Quanto às análises bibliográficas, buscamos duas grandes fontes principais, uma abarcando os temas dos movimentos sociais e suas relações com o Estado e a outra especificamente dos feminismos, buscando complementação entre estas. Encontramos nos estudos sobre movimentos sociais instrumentos de análise que nos ajudam a operar com as ideias presentes no Feminismo de Estado. Dentre esses, como será melhor definido mais a frente, utilizamos o conceito de “encaixe institucional” (LAVALLE *et al*, 2017) para nos referirmos aos OPMs como conquistas da interação Movimentos Feministas e Estado. Assim, para melhor compreensão da maneira como as duas bibliografias se complementam nesse trabalho, desenvolvemos o esquema abaixo.

┘

Figura 1 – Fluxograma de teorias e conceitos mobilizados



Elaboração Própria

A fim de cumprir os objetivos aos quais nos propomos, dividimos o trabalho em duas partes, além desta introdução e as notas conclusivas. Na seção dois, trazemos um resgate bibliográfico sobre a teoria dos movimentos sociais, destacando conceitos e instrumentos analíticos que guiarão nossa análise e as relações entre esta bibliografia e a feminista. A seção três está dividida em três itens. No primeiro, apresentamos as entrevistadas, suas trajetórias e formas de entrada dessas mulheres no Estado. No segundo, analisamos os efeitos do contexto nas conquistas institucionais feministas, a partir das entrevistas. Finalmente, no terceiro item, focamos a análise na perspectiva subjetiva das entrevistadas sobre a experiência institucional enquanto militante em contexto adverso.

2. FEMINISMO E ESTADO: APORTES TEÓRICOS E INSTRUMENTOS DE ANÁLISE

O engajamento teórico das feministas na análise do Estado se deu a partir da crítica à “cegueira” ao gênero presente nas análises já consolidadas sobre o tema, como aquelas fornecidas pelo Marxismo e Liberalismo. Desse modo, segundo as teóricas feministas, os conceitos mais tradicionais de Estado seriam insuficientes, pois seria necessário destacar que o Estado não é uma instituição neutra quanto ao gênero. Entre tantas interpretações e referências ao Estado, algumas teóricas passaram, então, a caracterizar o Estado como patriarcal. Segundo Marlise Matos e Clarisse Paradis (2014), duas autoras despontam nessas discussões, Sylvia Walby, em *Theorizing Patriarchy* (1990), e Carole Pateman em *O Contrato Sexual* (1988).

Para Walby o patriarcado seria um sistema que articula as várias dimensões das desigualdades de gênero, transformando-se ao longo do tempo, variando entre os países e oprimindo diferentemente os grupos de mulheres em suas respectivas sociedades (WALBY, 1990 *apud* PARADIS, 2013). Para Pateman, o patriarcado é um conceito articulador central para o entendimento das relações políticas e sociais do mundo contemporâneo. Segundo a autora, não haveria como prescindir dele para se analisar a sociedade moderna capitalista e a política, uma vez que são construídos sob sua base (MATOS; PARADIS, 2014). Matos e Paradis (2014) destacam também os debates contemporâneos em torno do conceito patriarcado, indicando a relevância de se preservar a história e as análises deste. Segundo as autoras “[...] parece-me útil ainda a sua utilização para pensarmos nas relações políticas estatais e governamentais” (MATOS; PARADIS, 2014, p. 70).

Considerando o contexto particular latino-americano, de raízes coloniais, para Matos e Paradis, a herança patriarcal do Estado não foi superada, como pode se notar pela “[...] recorrência e a continuidade do fenômeno da violência contra mulheres e a impunidade que a acompanha, como a superada figura jurídica da ‘legítima defesa da honra masculina’.” (MATOS; PARADIS, 2014, p. 79). Segundo as autoras,

Este Estado se assenta em dicotomias produzidas pela modernidade para manter lugares de poder hegemônicos [...]. Sendo assim, não é incomum o Estado agir no sentido de reforçar os papéis e lugares estereotipados de gênero (MATOS; PARADIS, 2014, p. 87).

Segundo Clarisse Paradis (2013), autoras feministas de países nórdicos buscaram um conceito para analisar as políticas de bem-estar de sua região, onde a maioria das feministas estavam dispostas a se engajar nas estruturas estatais, e acabaram por elaborar digressões sobre o Feminismo de Estado (*State Feminism*). No entanto, sabemos que o Estado de bem-estar esteve muito longe de se efetivar nas realidades latino-americanas e portanto é preciso alguns cuidados ao trazer essa abordagem para o Brasil. Consideramos a interpretação de Paradis (2013)⁹ adequada para a maneira que aqui vamos incluir esse conceito. Para a autora, Feminismo de Estado diz respeito à construção de uma agenda efetivamente feminista nas estruturas governamentais, com o desenvolvimento de políticas públicas orientadas para despatriarcalizar o Estado.

Considerando isso, tratamos ao longo desta seção das incursões feministas ao Estado no contexto brasileiro e a consequente institucionalização de suas demandas. A partir de resgate histórico e bibliográfico desse percurso no primeiro item, buscamos desenvolver uma linha de raciocínio que destaca alguns feitos e seus efeitos para a relação entre Movimentos Feministas e Estado, para, em seguida, no item 2.2, desenvolvermos categorias analíticas que auxiliarão a cumprir os objetivos do trabalho.

2.1 Disputas Feministas pelo Estado brasileiro

Segundo Sonia Alvarez (2000, p. 387), na América Latina, as décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pela luta contra o capitalismo implantado pelos militares, período em que a maioria dos movimentos deu as costas para o Estado e evitou a arena política convencional, até porque essa era a única alternativa no momento, uma vez que o período militar foi de forte repressão e tortura às suas organizações. A autora expõe como o movimento feminista, em particular, se constituiu em oposição ao autoritarismo que estava colocado, mas também em oposição muitas vezes às formas tradicionais de organização da esquerda, rigidamente formalizadas, provocando o despertar para a importância da luta na vida cotidiana e aos problemas das mulheres afeitos aos papéis sociais de gênero e à divisão sexual do trabalho.

Tal atuação estendeu os horizontes das ativistas, fazendo-as aprender outras formas de fazer política, que extrapolavam os canais partidários. Portanto, com o fim da ditadura, em meados da década de 80, mulheres já estavam exercendo ação profissional em militância,

⁹ Inspirada em MAZUR, Amy G. e MCBRIDE, Dorothy E. *State Feminism*. In: GOERTZ, Gary; MAZUR, Amy G (ed.). *Politics, gender, and concepts: theory and methodology*. Cambridge University Press, 2008.

constituindo ONGs e buscando o avanço das pautas de gênero através de diferentes meios. Desse modo, os avanços nas pautas feministas foram acontecendo no pós-ditadura mesmo com a pequena presença feminina nas instâncias tradicionais de representação. A atuação extraparlamentar foi, portanto, uma alternativa encontrada para que as pautas feministas chegassem à agenda pública por meio dos movimentos de mulheres, das redes feministas, ONGs, Conselhos gestores, conferências temáticas, etc.

Acompanhando a efervescência do movimento de mulheres e feministas, a Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) passou a reservar espaço para discussões sobre estudos da mulher em sua reunião anual a partir de 1979. Além disso, na década de 80 foram criados em alguns estados o SOS Mulher, grupo de combate à violência contra a mulher, e também o Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM), em 1985, entre outras ações (PINTO, 2003).

O CNDM constituiu um desdobramento das lutas pela saúde da mulher, que junto aos movimentos de mulheres e feministas, obteve atuação marcante ao dar visibilidade a um conjunto de reivindicações relativas ao processo de exclusão das mulheres (ABERS; TATAGIBA, 2015). O Conselho liderou campanhas que marcaram o período de redemocratização, dentre elas a “Constituinte sem mulher fica pela metade” que culminou na apresentação da Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes¹⁰. A Carta indicava de forma completa e abrangente as demandas das mulheres para o documento. Segundo Céli Pinto (2003), a bancada feminina, mesmo com sua heterogeneidade, apresentou 30 emendas sobre os direitos das mulheres, englobando praticamente todas as reivindicações do movimento feminista no momento.

Muitas dessas pautas foram acolhidas na Constituição de 1988 (BLAY; AVELAR, 2017; PINTO, 2003) e operaram como instrumentos de institucionalização das políticas para mulheres. Porém, de partida já é possível notar a seletividade do Estado e a dificuldade de inclusão de demandas feministas nas políticas públicas, já que a pauta dos direitos sexuais e reprodutivos não foi acatada na Constituição. Essa pauta, é importante lembrar, é alvo de ampla disputa nos dias atuais para além da instância legislativa, alcançando também a via judiciária (ELIAS, 2018).

Apesar da importância do CNDM nesse momento, Celi Pinto alerta para a instabilidade dessa instância, ao afirmar que,

[...] no momento da Constituinte, o CNDM teve um importante papel, mas isso não lhe garantiu a consolidação de um espaço no aparato estatal. O rápi-

10 Disponível em <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constitucao-cidada-a-constituente-e-as-mulheres/arquivos/Constituente%201987-1988-Carta%20das%20Mulheres%20aos%20Constituintes.pdf> Acesso em 14 de Janeiro de 2020.

do declínio do CNDM quando os ventos políticos não lhe estavam mais favoráveis é indicativo da precariedade desse tipo de inclusão de movimentos sociais no aparato estatal. (PINTO, 2003, p. 79)

Podemos perceber, assim, o quanto mudanças conjunturais são cruciais para o alcance da institucionalização das demandas feministas num Estado em que o aparato das políticas de bem-estar e de proteção aos direitos não tem um histórico solidificado.

O contexto de abertura política trouxe ainda outras tensões ao movimento feminista. Segundo Machado (2016, n.p.), “àquele momento, a pressão e o contexto político eram favoráveis aos avanços dos direitos das mulheres, como se incluídos estivessem na conquista da democracia e do ‘progresso social’, muito embora resistências fizessem lugar”. Nesse sentido, Alvarez (2000) aponta que os anos 90 configuraram novas tendências aos movimentos feministas latino-americanos, que foram constituídas pela (1) proliferação de espaços e lugares em que feministas atuam, (2) absorção de discursos e agendas feministas por instituições dominantes (incluindo o Estado e órgãos internacionais), (3) profissionalização e especialização de setores do movimento feminista (“onguização”), (4) articulação e formação de redes e (5) transnacionalização. Tais tendências demonstram um descentramento saudável, caracterizado pela autora como campo de ação expansivo, policêntrico e heterogêneo, mas, por outro lado, desencadearam também contradições profundas, gerando novos conflitos relacionados aos lugares, alvos e objetivos apropriados da política feminista.

Essas contradições foram tratadas exaustivamente pela bibliografia. Lobo (1991, p. 225 *apud* SANTOS, 2006, p. 418), por exemplo, aponta que o processo de criação dos Conselhos de mulheres atualizou duas visões diferentes sobre o movimento: de um lado, aquela que defende que as mulheres devem ocupar novos espaços governamentais, e de outro, aquela que afirma que o espaço das feministas deveria ser exclusivamente a militância fora da estrutura estatal.

Essa disputa também é tematizada por Sonia Alvarez (2000; 2014) que recorda o fato deste ser um campo em constante luta política por hegemonia, onde há, portanto, divergências entre as feministas “autônomas” e as feministas “institucionais”, sendo as primeiras aquelas que negam qualquer tipo de institucionalização do movimento e as últimas aquelas que são abertas ao relacionamento com o Estado com o intuito de avançar pautas por esse meio, ainda que não descartem também outros tipos de repertório de ação.

A pluralidade do feminismo não se encerra nessa questão, o movimento desde sempre constituiu-se de forma heterogênea e, muitas vezes, conflituosa. Na sociedade brasileira a relação entre raça e gênero é um ponto desses conflitos. Nesse sentido, segundo Cristiano Rodrigues e Marco Aurélio Prado (2010) as mulheres negras encontraram avanços em questão de inserção no sistema político institucional através da participação junto ao CNDM. Segundo os autores, tal abertura nos espaços de participação institucional propiciou o início de um processo de consolidação de um movimento autônomo de mulheres negras. Disto, partiram-se a organização de diversos encontros de mulheres negras, que foram acusadas de promover “racha” nos movimentos. Entretanto, Alvarez (2014) classifica esse momento como de descentramento e pluralização dos feminismos, destacando as iniquidades nas relações de poder, que a partir dali ficaram explícitas e mais agudas. Segundo a autora, a pluralização dos feminismos e o conseqüente surgimento de diversos “campos discursivos de ação” criaram pontos articuladores do campo feminista brasileiro, o que transformou-se atualmente em um leque de expressões organizadas de mulheres, no interior do qual as feministas atuantes nos variados espaços precisam se articular para tentar estabelecer hegemonia.

Em relação à aproximação com o Estado, apesar das disputas, a bibliografia aponta esse momento de forte ativismo como semente que se transformou num amplo mosaico participativo/representativo (AVELAR; RANGEL, 2017, p. 273). Nesse mosaico, a presença de feministas se amplia na sociedade, com a criação de novas organizações, e no Estado. Nessa instância, ainda que pequena no legislativo, a representação extraparlamentar de feministas se faz presente nos Conselhos Gestores e na burocracia estatal, por exemplo. Compreende-se assim que, além de avançar pautas, essa atuação nas instâncias participativas ampliou o leque de repertórios de ação do movimento e impulsionou novas frentes de atuação extraparlamentar. Nesse sentido, segundo Lúcia Avelar e Patrícia Rangel (2017, p. 274) “as relações de intersecção dos variados atores com o Estado expressam planos de acesso e negociação em fronteiras dinâmicas e fluidas”.

Nesse mesmo momento, fazendo menção ao contexto mais amplo latino-americano, segundo Alvarez (2000, p. 399), a absorção de pautas feministas pelo Estado e pela ONU (Organização das Nações Unidas), ainda que de forma deficitária se deve “à eficácia de incansáveis intervenções daquele grupo crescente de feministas que ‘ocupou’, senão ‘conquistou’, espaços em uma grande quantidade de públicos dominados pelos homens em anos recentes”.

No que diz respeito ao Brasil, essa trajetória legou importantes saldos para a institucionalização de demandas feministas, que apresentamos no quadro abaixo.

Quadro 2 – Série histórica da institucionalização das instâncias e normatizações das políticas para mulheres no Brasil

Ano	Ação
1983	Criação do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo
1985	Criação do Conselho Nacional de Defesa da Mulher (CNDM)
2002	Criação da Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher ¹¹
2003	Criação da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SPM)
2004	1ª Conferência de Políticas para Mulheres (CNPM)
2005 a 2007	Vigência do I Plano Nacional de Política para Mulheres (PNPM)
2006	Criação da Lei nº 11340 (Lei Maria da Penha)
2007	2ª CNPM
2008 a 2011	Vigência do II PNPM
2011	3ª CNPM
2013 a 2015	Vigência do III PNPM
2016	4ª CNPM

Fonte: Almeida, Belançon e Chaves (2019, p. 188)

É nítido que parte importante dessa trajetória de institucionalização de demandas na direção do Feminismo de Estado foi trilhada a partir da chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo federal, que se deu em 2003 com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva. A bibliografia aponta que o *boom* do ativismo institucional nesse período não se bastou ao movimento feminista, sendo um marco para vários movimentos sociais, que devido ao novo contexto que se desenhara puderam contar com repertórios de interação com o Estado¹² (BELANÇON, 2018; BRITO, 2019; CAYRES, 2015; FELTRAN, 2006; RIOS, 2019).

Também, nesse sentido, Simone Bohn (2010) afirma que governos de partidos políticos ou coalizões progressistas, como já foi dito antes, são considerados mais conducentes tanto à implantação de uma Agência de Políticas Públicas para Mulheres (APM), quanto ao incremento de sua força institucional no interior da burocracia estatal. Isso porque

¹¹ A secretaria foi criada vinculada ao Ministério de Justiça e segundo Schumacher, (2018) sua competência e estrutura não foram definidas pela lei que a instituiu.

¹² Segundo Abers, Serafim e Tatagiba (2014), um estudo de Maria Celina D'Araújo, examinou o perfil social e político dos cargos de alto escalão do governo federal na gestão de Lula, demonstrando que, pela primeira vez na história brasileira, antigos líderes sindicais participaram intensamente de altos cargos do governo.

partidos progressistas usualmente incorporam em sua plataforma programática questões de equidade de gênero, o que os aproxima dos objetivos dos movimentos feministas e facilita o processo de legitimação de uma agência de políticas públicas para mulheres.

Faz-se importante ressaltar que o período petista guarda também particularidades entre seus governos, como destacado por Abers (2019), que classifica o governo Dilma (2011 - 2016) como o mais tecnocrático do período. Dessa forma o primeiro governo petista foi bastante próximo dos movimentos sociais, contrastando com o governo Dilma, que foi “mais tecnocrático, menos influenciado pelas demandas do movimento social, com uma clara prioridade no combate à pobreza” (ABERS, 2019, p. 28).

Ainda assim, podemos notar que, no Brasil, o período dos governos petistas (2003-2016) marcou a institucionalização das políticas públicas para mulheres, na direção do Feminismo de Estado. Esse processo deve-se à militância feminista que não sem grandes dificuldades veio ampliando a legitimidade de suas pautas no interior do PT ao longo do tempo. É importante lembrar que esse período também colheu os frutos do avanço da agenda feminista nos organismos internacionais e seus eventos, como a ONU, que tem poder para vincular governos nacionais à compromissos de políticas públicas.

Em pesquisa sobre a expansão e efetividade dos Organismos e Conselhos Gestores de políticas para mulheres nos municípios brasileiros, Almeida, Belançon e Chaves (2019) apontam que a partir de 2003, com os incentivos federais, houve um crescimento quantitativo notável dessas instâncias, ainda que sua cobertura no território nacional permanecesse muito baixa.

Essas mudanças foram vistas com muita expectativa por parte da bibliografia. Matos e Paradis (2014), por exemplo, teorizaram sobre a possibilidade de uma despatriarcalização do Estado em curso no Brasil e na América Latina, já que alguns países da região também viviam sob governos de esquerda mais permeáveis à pauta de gênero. A despatriarcalização seria uma proposta estratégica política em construção, que decorre do legado patriarcal e racista, herdado da colonização. Desse modo, o sentido despatriarcalizador seria dado por meio da efetivação dos processos de institucionalização das demandas feministas e do aprofundamento democrático.

Outras autoras, como Debora Gonzalez, apontaram os limites da atuação feminista no Estado, como no trecho a seguir, em que a autora destaca uma série de fatores importantes para o sucesso dessa estratégia.

[...] alguns fatores podem ser considerados chave para dimensionar as condições e possibilidades de incidência feminista na definição de políticas públicas para as mulheres, dentre eles: a orientação político-partidária da gestão governamental; a presença de feministas (mulheres ativistas) dentro das instituições burocráticas (secretarias, coordenadorias e outros ministérios); o grau de institucionalidade dos organismos de políticas para as mulheres (sua autonomia, recursos humanos e financeiros e possibilidades de atuação no Estado); a existência e funcionamento de comissões interministeriais ou núcleos de gênero em cada ministério; a relação entre sociedade civil e Estado (ou o nível de participação dos movimentos sociais na elaboração de políticas públicas e os canais de diálogo existentes); e, por fim, o grau de articulação, poder de pressão, negociação e força política dos movimentos sociais frente ao Estado. (GONZALEZ, 2018, p. 19)

Sonia Malheiros Miguel (2019), que foi também uma femocrata, tece comentários sobre as dificuldades enfrentadas pelas políticas para mulheres, indicando que este é um território de constante disputa.

[...] desde sua criação, os conselhos de direitos e os mecanismos governamentais responsáveis por políticas para as mulheres foram questionados. Em diferentes momentos dessa curta história, foi discutida sua extinção e medidas concretas foram tomadas no sentido de seu esvaziamento. (MIGUEL, 2019, p. 19)

Ainda assim, o período foi bastante importante para a constituição de diversas políticas, onde destacamos a promulgação da Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Pena. Foi por intermédio da SPM que, em 2004, a minuta de um projeto de lei foi entregue no Congresso Nacional, e encaminhada ao Executivo Federal. Uma comissão interministerial, constituída pelo Governo, que contou com a participação de feministas integrantes das ONGs e redes que elaboraram a minuta original, discutiu a proposta, também apresentada e discutida pelos movimentos de mulheres em várias capitais do país. Por quase dois anos, ONGs feministas fizeram *lobby* no Congresso para a aprovação da Lei, o que só veio a acontecer em 7 de agosto de 2006. A Lei Maria da Pena é, até hoje, um dos principais recursos de atendimento à mulher e constitui um grande legado das lutas feministas.

Muitos outros projetos foram colocados em prática pela SPM no decorrer dos anos de sua existência. Conforme análise dos PNPMs (que foi corroborada pelo trabalho empírico das entrevistas a serem discutidas na próxima seção) podemos notar o quanto o OPM Federal forneceu recursos financeiros e formativos para que as políticas para mulheres pudessem se espalhar para estados e municípios, locais onde a política pública é colocada em prática

realmente.

Como tratamos na introdução, a crise democrática que culminou no controverso Impeachment de Dilma Rousseff em 2016, demonstrou outra mudança de contexto, com o fim dos governos petistas e o advento de governos conservadores e comprometidos com a institucionalização de demandas antifeministas. Notamos o Estado fechando-se às negociações com os movimentos sociais e às pautas das minorias sociais. Como evidencia desse processo, com base em histórico traçado por Miguel (2019), elaboramos o quadro 3, que descreve as mudanças pelas quais passou o Organismo de Política para Mulheres em nível Federal nos últimos 4 anos, perdendo seu estatuto de importância. Mudanças que, como já apontamos, começaram ainda no Governo Dilma.

Quadro 3 – Realocações do Organismo Federal de Políticas para as Mulheres (2015-2019)

Ano/Presidente em exercício	Nome do Órgão	Vínculo	Instrumento legal
2015 – Dilma Rousseff	Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres	Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos	MP nº 696, de 02 de outubro de 2015 (convertida na Lei nº 13.266, de 05 de abril de 2016).
2016 – Michel Temer	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	Ministério da Justiça e Cidadania.	MP nº 726, de 12 de maio de 2016 (convertida na Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016).
2017 – Michel Temer	Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres.	Ministério dos Direitos Humanos.	MP nº 768, de 02 de fevereiro de 2017.
2017 – Michel Temer	Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres.	Secretaria de Governo da Presidência da República.	MP nº 782, de 31 de maio de 2017 (convertida na Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017).
2018 – Michel Temer	Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres.	Ministério dos Direitos Humanos.	Decreto nº 9.417, de 20 de junho de 2018.
2019 – Jair Bolsonaro	Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.	MP nº 870, de 1º de janeiro de 2019 (convertida na Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019).

Fonte: Miguel (2019)

Elaboração Própria

Segundo o Observatório de Igualdade de Gênero (OIG), os OPMs podem apresentar graus variados de hierarquia. Na América Latina estes graus são medidos por um indicador qualitativo que descreve o status que os países conferem a estes organismos mediante leis, decretos e outras medidas legais. Dessa forma podem apresentar níveis hierárquicos altos – quando possuem status de ministério ou quando a gestora da pasta tem título de ministra e plena participação no Gabinete do Presidente; médios – quando instalados como uma secretaria ligada diretamente à presidência, mas que a gestora não participa da estrutura do Gabinete; ou baixos, quando são entidades dependentes de um outro Ministério¹³.

Como podemos considerar a partir do quadro 3, desde o fim do governo Dilma não contamos com uma secretaria exclusiva para mulheres e com alta hierarquia, como quando a pasta foi criada. Outro fato importante a se notar, como mencionado por Miguel (2019), é como o status da Secretaria mudou rapidamente nos últimos anos. A autora aponta que em alguns momentos a realocação nem chegou a se concretizar e foi novamente mudada, indicando assim a instabilidade do OPM. Além disso, relatório de auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União, aponta outros impactos dessa instabilidade:

[...] as constantes mudanças na estrutura administrativa do governo federal, agravadas desde 2016, acarretaram as seguintes implicações: a não ratificação do Plano Nacional de Política para as Mulheres (PNPM); a baixa disponibilidade de recursos financeiros e técnicos tanto para a SNPM quanto para as políticas públicas; as ausências de medidas para sistematizar práticas de gestão de riscos e implementar controles internos; a deficiência na articulação entre os órgãos setoriais e a baixa integração entre diferentes níveis de governo. (BRASIL, 2019, p. 43)

Desse modo, o período dos governos petistas apresentou resultados importantes na direção da institucionalização das demandas feministas. De modo geral, podemos afirmar que houve maior diálogo entre governo e movimentos sociais, indicando uma dinâmica de porosidade do Estado, em se tratando do acesso de militantes à sua estrutura. Porém, com a crise democrática e o interrompimento do exercício de mandato da Presidenta Dilma, emergiu um novo contexto, onde faz-se necessário analisar os repertórios das ativistas feministas em relação ao Estado, uma vez que este encontra-se mais fechado às negociações novamente.

Como aponta Gonzalez (2017),

13 Disponível em <<https://oig.cepal.org/pt/indicadores/nivel-hierarquico-dos-mecanismos-o-avanco-da-mulher-mam>>. Acesso em 30 de Julho de 2019.

[...] a complexa conjuntura política atual do Brasil representa um momento histórico de inflexão no processo democrático nacional. O fim do Ministério de Políticas para as Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, entre muitos outros, evidenciou a fragilidade das instituições políticas e o enfraquecimento de um projeto de abertura estatal à participação social. Com a destituição de Dilma Rousseff, o estabelecimento arbitrário de uma agenda política restritiva e marcadamente avessa à promoção da participação social tem alterado o cenário de disputas políticas revelando uma forte instabilidade institucional e a ameaça concreta de retrocessos significativos no âmbito dos direitos sociais. (GONZALEZ, 2017, p. 6)

Assim, tal contexto nos apresenta a oportunidade de executar uma pesquisa exploratória sobre o impacto de tais mudanças na experiência da femocratas, e, desse modo, analisar o relacionamento entre movimento e Estado, buscando, na experiência das ativistas institucionais novas lentes para observar dilemas já conhecidos das lutas feministas e os que se avizinham em tempos de mudança de conjuntura. Para tanto, em seguida, apresentamos nossos instrumentos de análise.

2.2 Construindo instrumentos de análise

Como dito anteriormente, o repertório de ocupação de cargos na burocracia estatal é temática central neste trabalho e constitui uma das possibilidades do Feminismo de Estado. Desse modo, afim de aprofundarmo-nos neste repertório, abordaremos a bibliografia sobre ação coletiva e movimentos sociais, que chamou-o de “ativismo institucional” ou “ativismo estatal”, para apresentar os instrumentos analíticos que orientaram a pesquisa.

Sobre as relações entre Estado e Movimentos Sociais, a Teoria dos Processos Políticos, que tem como referências Charles Tilly (2013) e Sidney Tarrow (2009), consagrada nos estudos de movimentos sociais, analisava estes prioritariamente em relação conflituosa com o Estado, operando na ótica do confronto com as instâncias de poder legal. Os “repertórios de confronto”, ou “repertório de ação coletiva”, para os autores, consistem num “conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e executadas através de um processo relativamente deliberado de escolha” por parte dos movimentos sociais (TILLY, 1992, p. 7 *apud* TARROW, 2009, p. 51). Os repertórios de confronto ganham destaque nessa perspectiva. Porém, a expansão da agenda de pesquisa notou que a relação entre os movimentos sociais e o Estado passou por mudanças em vários contextos, incluindo interações cooperativas e colaborativas. Os estudos sobre movimentos sociais precisaram

buscar assim novas abordagens, para dar conta da realidade empírica. Além disso, levou-se em conta o recorte geográfico, que influencia também o contexto político e social. Desse modo, diversas autoras e autores latino-americanos empenharam-se em construir teorias que possibilitassem uma melhor compreensão dos fenômenos de nossa realidade, principalmente pela chegada de governos de esquerda ao poder ao longo da década de 2000, e a conseqüente mudança na relação entre Estado e movimentos sociais.

Nesse sentido, ressaltamos a importância da bibliografia brasileira, por adicionar questões essenciais ao entendimento do contexto local. Por exemplo, Abers, Serafim e Tatagiba (2014) buscaram adaptar o conceito de “repertório de ação”, proposto pelos autores da Teoria dos Processos Políticos, criando o conceito de “repertórios de interação”. Com ele, as autoras chamam a atenção para os repertórios que não são necessariamente de confronto com o Estado, mas muitas vezes de cooperação e proximidade. Tal proposição se dá como forma de adaptar o conceito de Tarrow, que buscava analisar os repertórios de ação sempre em confronto com o Estado, ou seja, o objeto desse conceito seriam as práticas e ações organizadas pelo movimento de modo conflitivo com o Estado, na luta contra este. Desse modo, a teoria do autor não tratava suficientemente outros tipos de repertórios, inclusive aqueles que não tinham como fim o embate direto com o Estado. Para o caso brasileiro, analisando relações entre movimentos sociais e governo federal, as autoras encontraram quatro “rotinas comuns” de interação Estado-sociedade durante os governos petistas: Protestos e ação direta, Participação institucionalizada (Presença em Conselhos Gestores, Conferências etc.), Política da proximidade (Contatos pessoais que os movimentos travam com agentes estatais na negociação de suas demandas) e, por último, a Ocupação de cargos na burocracia, que é o objeto desse trabalho. De acordo com as autoras, os movimentos podem combinar diferentes formas de interação, adotando uma ou mais dependendo das circunstâncias e também do histórico de sua presença numa determinada área de política pública.

Na mesma direção de Abers, Serafim e Tatagiba (2014), Ann Banaszak (2005, p. 154) sugeriu que se quisermos compreender as interações entre movimentos e Estado precisamos de uma perspectiva teórica que incorpore uma compreensão tanto dos movimentos quanto do Estado como entidades diversas que podem ter múltiplos pontos de intersecção. Tal perspectiva deve reconhecer a intersecção entre Estado e movimentos e analisar seus efeitos no desenvolvimento e nas táticas do movimento, bem como seus resultados. Portanto, de

partida já buscamos enfatizar a necessidade em não se dicotomizar Estado e movimentos, principalmente para a análise que buscamos aqui fazer, justamente da interação entre estes.

Abers (2019), explora, inclusive, como burocratas profissionais “tornaram-se” ativistas institucionais, mesmo sem vínculos formais com algum coletivo anteriormente, a partir do contato com temas já no interior do Estado. Dessa forma a autora propõe uma compreensão mais ampla do conceito de ativismo, demonstrando que o ativismo pode ocorrer dentro da burocracia e causar impactos na formulação de políticas. Com isso, seu objeto são “ativistas” que não possuem necessariamente ligação com movimentos fora do Estado, mas mesmo assim perseguem pautas ativistas quando dentro do Estado.

Referindo-se diretamente às femocratas, Lee Ann Banaszak (2005), em estudo sobre a intersecção entre Estado e movimento social nos Estados Unidos, defende que elas não devem ser analisadas separadamente das demais ativistas, como podemos ver no excerto a seguir.

Colocar as femocratas fora do movimento distorce a visão do movimento de mulheres de duas maneiras. Primeiro, reduz a diversidade do movimento. Numa época em que os estudiosos enfatizam cada vez mais as diversas e diferentes opiniões dentro do próprio movimento, rotular femocratas como o "outro" exclui suas vozes da nossa compreensão do movimento. Segundo, na medida em que as femocratas estão associadas a escolhas táticas específicas, defini-las como atrizes externas produz visões distorcidas do movimento de mulheres, tendendo a fazer o movimento parecer mais unificado em torno de táticas extra-institucionais do que é na realidade.¹⁴ (BANASZAK, 2005, p. 154, tradução nossa)

Desse modo, a autora acredita que ver as femocratas enquanto parte genuína do movimento social enriquece o conhecimento tanto de suas práticas como dos repertórios do movimento, possibilitando a compreensão dessas sujeitas híbridas para uma análise mais precisa. Do mesmo modo, Abers e Büllow (2011, p. 55) afirmam que “a literatura que discute movimentos sociais a partir da ótica de redes possibilita compreender ativistas dentro do Estado não apenas como interlocutores amigos, e sim como parte da nossa unidade de análise”.

No caso deste trabalho, concentramo-nos tanto nas ativistas institucionais, quanto nos Organismos de Políticas que resultaram das lutas feministas e que receberam estas mulheres

¹⁴ *Placing femocrats outside the movement distorts the view of the women's movement in two ways. First, it reduces the diversity of the movement. In a time when scholars are increasingly emphasizing the diverse and different opinions within the movement itself, labeling femocrats as the "other" excludes their voices from our understanding of the movement. Second, to the extent that femocrats are associated with particular tactical choices, defining them as outside actors produces distorted views of the women's movement by tending to make the movement seem more unified around extra-institutional tactics than it is in reality.*

no interior da burocracia estatal, criando mais oportunidades para sua entrada no Estado. Em muitos contextos, as mulheres que foram ocupar essas instâncias apenas tornaram-se feministas na atuação como operadoras das políticas para as mulheres, como a própria Abers (2019) aponta para o ativismo institucional de forma mais ampla¹⁵.

Além disso, Marina Brito (2019) aponta que no contexto de redemocratização e acolhimento de pautas feministas, a criação de agências e políticas para mulheres cresceu juntamente com o reconhecimento de feministas enquanto especialistas em políticas para mulheres, fazendo com que estas fossem convidadas a ocupar posições na burocracia estatal.

As “marcas” deixadas pelas feministas no Estado demonstram a criação de *capacidades estatais* que possibilitam, entre outras coisas, a inserção de novas atrizes em tal realidade. O conceito de capacidades estatais, originário da bibliografia de políticas públicas, foi também incorporado pelos estudiosos de movimentos sociais, justamente para compreender o conjunto de instituições e de recursos necessários à implementação de políticas públicas criados pela atuação de ativistas no Estado (GOMIDE; PEREIRA; MACHADO, 2018; LAVALLE *et al.*, 2017). Segundo Gomide, Pereira e Machado (2018), as definições de capacidade estatal, difundidas na literatura, dizem respeito ao poder de produção de políticas públicas pelas burocracias do Estado. Portanto, o conceito refere-se aos “instrumentos” disponíveis para a construção de uma política. Esses instrumentos podem ser entendidos como recursos administrativos, humanos e orçamentários, ou seja, ministérios, gabinetes, corpos magistrados, meios de coerção, secretarias, câmaras, assembleias, etc. Tais capacidades podem facilitar ou dificultar as interações com atores civis, e tendem a aumentar ou bloquear suas chances de acesso ao Estado e à cristalização de suas demandas e interesses.

No caso das cristalizações resultantes da relação entre movimentos sociais e Estado, Lavalle e colaboradores (2017) importam o conceito “*institutional fit*”¹⁶, traduzindo para *encaixe institucional*. Encaixes referem-se aos espaços e entradas cavados por atores sociais

15 Em pesquisa anterior, encontramos um caso bastante ilustrativo. Uma de nossas entrevistadas que dirigia um Organismo de Políticas para Mulheres na esfera municipal disse que tornou-se feminista depois que passou a exercer o cargo, onde teria se legitimado diante dos movimentos como uma aliada. Segundo ela, “Hoje, assim, eu sou tranquila em dizer que eu me sinto representando-as. E eu sei que elas me olham assim, então no início elas não me conheciam, porque realmente eu não tinha vindo de uma militância feminista. Isso caiu por terra, então hoje realmente elas sabem que se tiver que bancar uma briga com o governo, eu vou bancar, eu sei como fazer essa briga, eu sei por onde. Que às vezes dá pra avançar, às vezes tem que fazer alguns contornos, fazer outros caminhos, mas que eu vou chegando. E se em algum momento tiver que brigar mesmo, eu também vou brigar, elas sabem [...]. Então, por isso que o nosso setor, a nossa coordenadoria tem legitimidade, e a gente tem uma visibilidade muito boa em Florianópolis, nós acabamos virando referência para o Estado” (BELANÇON, 2018, p. 48).

16 Cf. SKOCPOL, T. *Protecting Soldiers and Mothers: The Political Origins of Social Policy in the United States*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1992.

no Estado, tornando-o poroso a seus interesses e valores, constituindo assim acesso mais solidificado ao Estado e aos processos decisórios, com atuação prolongada no tempo. Na abordagem dos autores, o termo encaixe trata da construção histórica das capacidades estatais cavadas pelos movimentos sociais que possibilitam ao Estado implementar políticas de seu interesse. Dessa forma, tratamos aqui os Organismos de Políticas para Mulheres (assim como os Conselhos, Planos e Conferências de Políticas para Mulheres) como encaixes institucionais. Lavallo e colaboradores (2017) consideram, inclusive, que a própria ocupação de cargos na burocracia estatal por ativistas constituem um “encaixe”¹⁷. O conjunto desses encaixes, na medida em que promovem os interesses e valores do feminismo, questiona e tensiona a estrutura patriarcal do Estado. São encaixes, portanto, que apontam para um Feminismo de Estado. Segundo os autores, a construção desses encaixes pode:

[...] (a) fortalecer as capacidades sociais através da complexificação organizacional das Organizações da Sociedade Civil e Movimentos Sociais (mediante a gestão de programas e projetos governamentais, e a ocupação de cargos por militantes, por exemplo); (b) criar ou ampliar as capacidades estatais (mediante inovação ou experimentação sociais em instrumentos de políticas, órgãos e burocracias); (c) constituir as condições para a formação de redes de recrutamento e redes de apoiadores, de articulações e coalizões de defesa de causas, e até mesmo para a emergência de novas organizações que funcionam com articuladoras de redes (encontros, fóruns, comissões, conferências, conselhos e grupos de trabalho) (LAVALLE *et al.*, 2017, p. 25–26).

Entretanto, os autores chamam a atenção para a constatação de que o encaixe é ao mesmo tempo “o resultado de processos de interação e uma criatura ou artefato institucional que adquire densidade própria” (LAVALLE *et al.*, 2017, p. 20). Desse modo, uma vez criado o encaixe, ele se torna independente de seus criadores: “são sedimentações institucionais de processos de interação socioestatal que ganham vida própria” (LAVALLE *et al.*, 2017, p. 19).

Trazendo para o contexto deste trabalho, a criação de Organismos de Políticas para Mulheres no Brasil resultou da influência e pressão dos movimentos feministas num contexto político favorável, em que o Estado estava mais poroso. A partir de 2003, ano em que o governo federal passou a ser ocupado por uma força política mais próxima, com a criação da SPM, os OPMs ampliaram-se pelo território nacional. Além disso, nesse contexto mais favorável, os encaixes criados pela ação das feministas diversificaram de feições, ganhado

17 Ponderamos que nesse trabalho empregamos o conceito de “encaixes” para nos referir aos OPMs, Conferências, Conselhos e Planos de Políticas Públicas para Mulheres e preservamos o de “ativistas institucionais”, ou femocratas, para nos dirigir de maneira particular às feministas como agentes. Isso porque consideramos importante, para os fins da análise desse trabalho, garantir uma distinção entre os resultados da ação das feministas (os encaixes) e sua agência propriamente dita (as femocratas, ou ativistas institucionais).

expressão nas conferências e nos planos de políticas para mulheres. Porém, uma vez que os encaixes ganham vida própria, no atual contexto, com o avanço da agenda conservadora e a chegada dela à Presidência da República, os encaixes construídos pela ação da feministas estão sendo enfraquecidos ou não estão mais orientados pelo Feminismo de Estado.

Por isso, é central para esse trabalho compreender as relações entre movimento social e contexto político. Na bibliografia sobre movimentos sociais, um conceito que ajuda a trazer o contexto para a análise é o de “oportunidades políticas”, também formulado por Tarrow (2009). De forma geral, o conceito refere-se aos elementos do ambiente político que incentivam ou restringem a ação dos movimentos sociais. Conforme Tarrow:

Entendo o conceito de oportunidade política como dimensões consistentes – mas não necessariamente formais ou permanentes – do ambiente político que fornecem incentivos para a ação coletiva ao afetarem as expectativas das pessoas quanto ao sucesso ou fracasso. (TARROW, 2009, p. 105)

Para o autor, divisões entre elites políticas, mudanças de alinhamentos políticos, a presença de aliados influentes, o enfraquecimento da capacidade de repressão do Estado são elementos do ambiente político que podem abrir oportunidades para a ação coletiva. A criação efetiva desta depende de outros fatores, mas as oportunidades políticas lhes são fundamentais. Com esse conceito, Tarrow nos ajuda a compreender que a ação coletiva não pode ser explicada em si mesmo, mas que é preciso compreender como o contexto a oportuniza.

Banaszak (2005) enfatiza a possibilidade do caminho inverso quando analisa a agência dos movimentos uma vez inseridos na burocracia, o que molda oportunidades políticas futuras. Nesse mesmo sentido, Carlos, Dowbor e Albuquerque (2017) reconhecem que as oportunidades políticas contextuais impactam na permeabilidade do Estado, porém, destacam que “uma vez desencadeada a mobilização, as características amplas do sistema político deixam de descrever e explicar o desenrolar da ação coletiva, e o próprio movimento acaba produzindo novas oportunidades” (CARLOS; DOWBOR; ALBUQUERQUE, 2017, p. 370)¹⁸.

Desse mesmo modo, Abers, Silva e Tatagiba (2018) apontam o caráter relacional do conceito em oposição àqueles que tratavam o contexto como um cenário inerentemente externo aos movimentos. Os autores partem de uma proposta onde argumentam que

[...] ao invés de se relacionarem com uma estrutura de oportunidades políticas externa, os movimentos sociais estão inseridos em *estruturas relacionais*

¹⁸ A leitura de Carlos, Dowbor e Albuquerque (2017) e Lavallo et al. (2017) são inspiradas no referencial neo-institucionalista.

constituídas por agenciamentos recíprocos de diversos atores, redes e instituições que nelas agem, incluindo os próprios movimentos (ABERS; SILVA; TATAGIBA, 2018, p. 25).

O conceito de estruturas relacionais enfatiza que o contexto é constituído por relações entre atores que, uma vez instituídas, estruturam ações futuras. É essa perspectiva relacional que adotamos nesse trabalho para examinar as femocratas diante de contextos que oportunizam ou restringem suas ações. Essa perspectiva possibilita considerar o impacto do giro político recente sobre as femocratas e suas conquistas, mas também ajuda a compreender sua agência em contextos adversos, em face daquelas próprias conquistas.

Em sintonia com essa abordagem, analisando a influência do atual contexto nas conquistas feministas em termos de políticas públicas, Débora Gonzalez (2018, p. 4) sugere analisar, em particular, os Organismos de Políticas para Mulheres de uma “perspectiva relacional e conjuntural, não como parte de uma maquinaria burocrático-estatal homogênea e fixa, mas antes em seu caráter dinâmico e complexo, como arenas de/em disputas”. Conforme a autora, os OPMs são:

Arenas de disputa por serem espaços para conflitos e negociações constantes em torno de significados, orientações, orçamentos, prioridades, formas de gestão, etc., e todos os demais aspectos que envolvem construir e fazer políticas públicas para as mulheres, para além da dicotomia Estado/sociedade. *Arenas em disputa*, pois suas possibilidades de ação, poder de decisão e sua própria existência não estão dados tão somente com a sua criação enquanto organismo estatal; dependem primordialmente de correlações de forças, vontade política, recursos, pressão social e negociações constantes (GONZALEZ, 2018, p. 4).

Munidas dessa abordagem relacional, na próxima seção, centraremos nossa análise, primeiro, no impacto das mudanças políticas recentes nas conquistas feministas, entendidas aqui como “encaixes institucionais”, e, segundo, na sua experiência pessoal, enquanto ativista, de viver tais mudanças e, a partir delas, elaborar as perspectivas do feminismo no Brasil.

3. ENTRE OPORTUNIDADES E DISPUTAS, O FEMINISMO VAI AO ESTADO

“[...] então eu aceitei ser gestora, eu vi ali uma oportunidade de colocar em prática os meus sonhos como feminista” (Entrevista 1)¹⁹

A ocupação de cargos governamentais pelas feministas foi uma decisão permeada por debates e disputas, como dito anteriormente, porém, constituiu também um marco no que se refere às possibilidades de avanços das políticas públicas feministas. Em contrapartida, o atual momento é de inflexão da relação entre movimentos feministas e Estado, o que coloca novos desafios para a bibliografia e para os movimentos. Diante da ascensão da agenda conservadora, acirraram-se os conflitos em torno de que rumo se quer para o país e as feministas e suas demandas estão presentes no centro de tal debate público. Para compreender melhor esse movimento e a atuação das femocratas neste contexto, buscamos as próprias atrizes para colher análises de suas experiências enquanto parte da gestão governamental.

De acordo com a revisão bibliográfica, discutida no item anterior, entendemos que o contexto molda e é moldado pela ação das feministas no Estado. Com esta abordagem, nosso principal objetivo é, como já dissemos, captar o impacto do contexto atual na atuação das femocratas e sua própria agência neste contexto. Para isso buscamos responder as seguintes perguntas: De que forma o contexto adverso impacta as conquistas do Feminismo de Estado? Como as femocratas experimentaram a mudança de contexto político atuando dentro do Estado? Qual tem sido a agência dessas feministas nessa conjuntura?

Com base nestas perguntas, buscamos mulheres que trabalharam em Organismos de Políticas para Mulheres (OPMs) no período em que não houve apenas uma diminuição dos incentivos à institucionalização de pautas feministas, como estas passaram a ser alvo permanente de contestação. Consideramos, como informado, que 2015, ainda no governo Dilma, é um ano importante de referência para esse processo, com a dissolução da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres enquanto órgão exclusivo e de alto grau de hierarquia.

Nesta seção buscamos explorar a fundo as entrevistas à luz da bibliografia, resgatada nas seções anteriores. Para tanto, em um primeiro momento descrevemos os trajetos e

¹⁹ Os números que acompanham os trechos das entrevistas citadas referem-se à identificação da trajetória da entrevistada, tal como apresentada no quadro 1 (Cf. p. 17)

trajetórias das entrevistas e suas rotas de acesso ao Estado. No segundo momento, analisamos o impacto do contexto nas conquistas das feministas em termos de políticas públicas. No terceiro, analisamos a experiência das femocratas numa dimensão subjetiva e individual, procurando captar as tensões que viveram em desempenhar o papel de ativista e burocrata ao mesmo tempo.

3.1 Oportunidade que se cava: trajetos e entrada no Estado.

“Todo mundo entendeu que era o momento, porque a gente tem que fazer parte da mesa do poder, se a gente quer avançar um pouco, tem que participar”

(Entrevista 2)

Entendendo que a construção enquanto feminista é parte importante da atuação das entrevistadas nos cargos públicos, buscamos neste item descrever, ainda que de forma breve, como encontramos essas mulheres e um pouco de suas histórias enquanto militantes, bem como suas rotas de acesso ao Estado. Reiteramos que abarcamos uma diversidade de experiências que se unem pela perspectiva de atuação feminista na gestão pública.

Um evento acadêmico fez surgir a oportunidade da conversa com a Entrevistada 1²⁰, mulher branca, presa política durante a Ditadura Militar, que atuou na SPM de 2012 até 2016 (Governo Dilma – PT). Atualmente com 73 anos, ela afirma ter encontrado o feminismo na tortura, a partir das ameaças à integridade de sua filha, por parte dos torturadores. Segundo a entrevistada “faziam isso pensando que pelo fato de eu ser mulher, jovem, mãe, eu iria fraquejar”, desse modo, ela afirma que se fortaleceu por meio de leituras e compartilhamento de experiências com as demais presas e ao sair da prisão se integrou a grupos feministas e voltou a estudar, construindo sua militância feminista também no interior da organização partidária. A Entrevistada 1 possui forte atuação no que diz respeito aos direitos sexuais e reprodutivos, construindo sua formação acadêmica também nesses temas.

A Entrevistada 2²¹ teve o prazer de ouvir pessoalmente em uma palestra, quando ainda fazia parte da gestão do governo, uma de suas primeiras frases foi “Eu sou secretária, mas

20 Entrevista anônima. Entrevista 1. [jun. 2018]. Entrevistadora: Milena Cristina Belançon. Londrina, 2018. 1 arquivo .mp3 (27 min.).

21 Entrevista anônima. Entrevista 2. [abr. 2019]. Entrevistadora: Milena Cristina Belançon. Maringá, 2019. 1 arquivo .mp3 (87 min.).

antes de tudo eu sou militante”, ao longo de sua fala também marcou muito esse posicionamento, e desse modo, não pude deixar de contar com ela para a pesquisa que aqui descrevo. Mulher negra, atuou entre os anos de 2017 e 2018 em uma Secretaria Municipal exclusiva para a Política para Mulheres. O governo da época era comandado pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT). Atualmente com 72 anos, ela diz que “desde que eu me entendo por mulher, mulher negra que sou, eu estou na militância junto às mulheres, principalmente mulheres de periferia”. A Entrevistada 2 mostra sua forte militância enquanto foi professora de ensino básico na escola pública, desenvolvendo uma série de atividades que problematizavam as questões de raça e gênero. Fundadora de uma das primeiras organizações negras de seu município, mesmo depois de aposentada continuou suas atividades com a periferia e população negra. Sobre a relação com partidos políticos, a Entrevistada 2 se mostra bastante distante, afirmando que “eu tenho militância mas não é militância partidária, nunca tive, não gosto disso [...] foi uma forma que eu sempre achei de me proteger, de não estar candidata pra isso, candidata pra aquilo. Vou trabalhar normalmente, sou crítica, mas eu não preciso estar em nenhum partido”.

A Entrevistada 3²² me surgiu via outra femocrata, mulheres muito ativas na militância também via redes sociais, uma marcação me chamou a atenção e então encontrei-a. Mulher negra, atualmente com 64 anos, atuante entre os anos de 2009-2016, em dois municípios diferentes (ambos governados pelo PT). Em um dos municípios a pasta de atuação era a Gerência de Políticas para as Mulheres e Questão de Gênero em um Departamento localizado no interior da Secretaria de Assistência Social do município, já no outro município a pasta era uma Secretaria de Políticas para Mulheres, ou seja, não estava vinculada a nenhuma outra pasta.

A trajetória militante da entrevistada 3 se inicia na Igreja, via Pastoral da Juventude, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e Pastoral Operária. Nestas vivências aproximou-se também dos movimentos sindicais e posteriormente, quando da criação do PT, filiou-se ao partido e aproximou-se dos movimentos de mulheres. Segundo ela,

Tinha a questão da mulher trabalhadora em alguns eventos que o próprio sindicato promovia, e também na pastoral operária eu comecei a discutir mais a participação das mulheres no mercado de trabalho, da opressão das mulheres como trabalhadoras, e acabei me tornando uma das coordenadoras da pastoral operária na diocese (Entrevista 3).

22 Entrevista anônima. Entrevista 3. [mai. 2019]. Entrevistadora: Milena Cristina Belançon. (via internet). 1 arquivo .mp3 (74 min.).

A entrevistada relata ainda sobre a participação na criação de um coletivo de Saúde das Mulheres. Segundo ela este foi um desafio porque “como mulher e negra eu senti em muitas ocasiões a discriminação pelo fato de ser mulher [...] acho que isso me colocou alguns desafios pessoais que me motivou a aprofundar mais nessa militância como feminista.” Seguindo esta trajetória, a entrevistada fez parte ainda da ONG “Católicas Pelo Direito de Decidir”. Atualmente continua organizada junto a diversos movimentos, porém, distante do partido.

A Entrevistada 4²³ foi encontrada por meio de uma notícia do próprio site da prefeitura, que quando anunciada sua nomeação para a Secretaria da Mulher, noticiou que a secretária era “ativista da causa feminista”. Mulher negra, com 34 anos, trabalha na Secretaria desde 2017. Sua atuação se dá em uma secretaria exclusiva em município administrado pelo PT. Sua trajetória iniciou-se ainda enquanto estudante secundarista, onde foi dirigente da União de Estudantes de seu município. Posteriormente, filiou-se ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e passou a integrar também a militância da União Brasileira de Mulheres (UBM).

A Entrevistada 5²⁴ também foi encontrada por notícia do jornal local de seu município quando de sua nomeação para a pasta de políticas para mulheres, que se deu em 2013 e se estendeu até 2016. Segundo ela, sua militância feminista foi construída dentro do PT, partido em que milita há 30 anos. Atuante também na academia, a entrevistada 5 afirma que apesar da atuação junto a coletivos e ao partido, sua militância atualmente se reserva mais à produção acadêmica de teoria feminista. Ela já foi candidata à vereança em seu município e já havia exercido atividade em OPM antes de assumir a gestão da pasta.

A Entrevistada 6²⁵ foi indicada por ativistas, sua militância iniciou-se em um movimento de mulheres que atuava junto à igreja católica em seu município em campanhas contra a violência doméstica. Em tal movimento viu-se a necessidade de uma articulação mais política, resultando na eleição de uma vereadora articulada com o movimento e que era muito próxima da entrevistada 6, desse modo ela se aproximou do mandato e também ajudou a articular a criação da OPM. A entrevistada 6 foi filiada ao partido do governo (PHS) durante a

23 Entrevista anônima. Entrevista 4. [jun. 2019]. Entrevistadora: Milena Cristina Belançon. (via internet). 1 arquivo .mp3 (45 min.).

24 Entrevista anônima. Entrevista 5. [nov. 2019]. Entrevistadora: Milena Cristina Belançon. (via internet). 1 arquivo .mp3 (58 min.).

25 Entrevista anônima. Entrevista 6. [dez. 2019]. Entrevistadora: Milena Cristina Belançon. (via internet). 1 arquivo .mp3 (51 min.).

campanha eleitoral que estava envolvida, porém, hoje não é mais filiada. Atualmente seu município é governado por gestão do Podemos e ela ocupa a pasta de políticas para mulheres desde o ano de 2017.

A Entrevistada 7²⁶ foi encontrada mediante pesquisa na internet por gestoras feministas atuantes em governos estaduais. Ela assumiu o comando da pasta estadual no ano de 2019. Ela havia sido gestora de OPM municipal entre os anos de 2013 e 2015, e já havia atuado também enquanto coordenadora do Centro de Referência e Atendimento à Mulher (CRAM). A entrevistada 7 afirma que iniciou sua militância no movimento estudantil, se integrando logo aos partidos de esquerda e às organizações de mulheres dentro destes. Já foi filiada ao PT e hoje é filiada e militante do PDT.

A Entrevistada 8²⁷ foi encontrada por meio da busca nos quadros da antiga gestão da SPM. Segundo ela, sua militância iniciou-se no movimento comunitário na década de 1980, e desenvolveu-se para a militância partidária, onde integrou-se à organização de mulheres dentro do PT. Por conta desta militância dentro do partido foi indicada para compor pasta de políticas para mulheres em seu estado já em 1999, e posteriormente, em 2003, foi convidada para a recém-criada SPM, onde trabalhou até 2012 e retornou em 2014 ficando até a dissolução da pasta em 2016.

O universo de análise empírica da pesquisa não é representativo quantitativamente, ainda assim consideramos que a diversidade qualitativa do perfil das entrevistadas fornece uma base suficiente para a construção desse trabalho. Com a diversidade disponível, buscamos retratar diferentes experiências e formas de entrada no Estado.

Um primeiro ponto a se considerar é que se, em 2003, a SPM resultou da luta das feministas, por outro lado, sua criação ampliou os incentivos para que mais feministas entrassem no Estado. Conforme atesta o trabalho de Pinheiro (2015),

[...] a criação da SPM e dos novos OPMs municipais e estaduais e a constituição dessa nova agenda de políticas públicas para as mulheres trouxe como consequência a demanda estatal por mais profissionais com conhecimento e experiência na execução de políticas que trouxessem em seu conteúdo o atendimento às demandas e às perspectivas das mulheres e feministas. Nessas circunstâncias, várias ativistas foram chamadas a trabalhar nestes espaços, por dentro do Estado, já que eram as principais especialistas acerca das políticas que elas tanto desejaram ver executadas (PINHEIRO, 2015, p.

26 Entrevista anônima. Entrevista 7. [dez. 2019]. Entrevistadora: Milena Cristina Belançon. (via internet). 1 arquivo .mp3 (23 min.).

27 Entrevista anônima. Entrevista 8. [dez. 2019]. Entrevistadora: Milena Cristina Belançon. (via internet). 1 arquivo .mp3 (49 min.).

182).

Nesse mesmo sentido, a Entrevistada 1 justifica que o convite feito a ela para ocupar um cargo no Estado foi: “por causa da minha trajetória na política, no movimento feminista, na luta incansável pelos direitos das mulheres e com toda minha pesquisa, meus estudos, nessa área”. Do mesmo modo, segundo a Entrevistada 3,

[...] acho que a motivação maior [para o convite do prefeito] foi a minha militância no movimento de mulheres [...] estava bastante envolvida com as Conferências Nacionais de Políticas para Mulheres, cheguei a participar de duas antes de entrar na prefeitura, e acho que o convite veio pela minha militância e experiência no movimento de mulheres (Entrevista 3).

Portanto parece que o processo de criação de OPMs, que aumentou a partir de 2003, de fato, criou demanda por feministas, que, como trata Pinheiro (2015), eram as principais especialistas no tema de políticas para mulheres. Entretanto, em muitos contextos, os incentivos federais não bastaram para a construção de OPMs, para isso, a mobilização dos ativismos feministas foi fundamental.

As entrevistadas 2, 5 e 8 se empenharam ainda durante as campanhas eleitorais em movimentos que pediam aos candidatos a construção de um OPM. A entrevistada 2 comenta que este pacto foi proposto a todos os candidatos do pleito, já as entrevistadas 5 e 8 articularam a proposta dentro da organização do plano de governo dos candidatos de seu partido, o PT. Essas entrevistadas apontaram que a pressão foi pela constituição de OPM com alto grau de hierarquia²⁸ e com “perspectiva combativa”, desse modo desenvolveram campanhas junto a seus coletivos para afirmação de compromisso dos candidatos. Posteriormente à eleição, elas foram então convidadas a integrar a pasta que lutaram em disputa política para construir, sendo reconhecidas em suas lutas, como aponta a Entrevistada 2, que afirma que o prefeito ressaltou à época: “é por isso que eu estou convidando a senhora, porque eu acompanho a sua vida em defesa da mulher, em defesa do negro e a senhora é o nome”.

Outra forma de entrada no Estado presente entre as entrevistadas foi a indicação por meio do partido. As entrevistadas 4 e 7 foram indicadas pelo partido em que militam, que eram governo ou faziam parte da coligação da chapa eleita em suas localidades. Mas essa

28 Em paralelo com o proposto pela OIG sobre os graus de hierarquia para instâncias federais, consideramos aqui como alto grau de hierarquia, aquele município onde o OPM possui status de secretaria ou quando a gestora da pasta tem título de secretária e plena participação no Gabinete do Prefeito.

forma de entrada dependeu, muitas vezes, de um processo anterior de construção da legitimidade da demanda junto aos partidos. Nesse sentido, as entrevistadas apontaram muitas vezes as dificuldades enfrentadas mesmo dentro de seus partidos, onde a pressão e disputa pela construção e manutenção dos OPMs é constante, como apontado também pela entrevistada 5: “e aí nós conseguimos articular isso com o candidato a prefeito, que era uma luta muito antiga, uma briga interna ao partido, porque ainda não entenderam a nossa participação, a nossa importância” (Entrevista 5).

Apontamos, portanto, a capilaridade dos OPMs como uma oportunidade política moldada a partir dos movimentos feministas, que uma vez inseridos na burocracia estatal arquitetaram novas ações para aproximar cada vez mais o Feminismo do Estado. Este fenômeno foi notado pelas entrevistadas, que se fortaleceram no exemplo da criação da SPM com caráter ministerial para exigir em suas cidades também um órgão com alto grau de hierarquia, como apontado pela Entrevistada 5 no trecho a seguir:

[...] então a gente sempre afirmou e continuamos afirmando, [o OPM] tem que ter lugar com status de primeiro escalão, pra dialogar diretamente com o prefeito, com os secretários. [...] O Lula já tinha dado o exemplo, a gente cria ministério da Mulher, não é ministério mas é secretaria especial de primeiro escalão, as ministras sentavam com os ministros, com o Lula, depois com a Dilma, já tinha dado a lição pro Brasil. Claro que ele não fez sem pressão nossa, mas já tinha dado a mensagem pro Brasil que esse lugar tinha que ter poder dentro do executivo (Entrevista 5).

Além da luta pela criação, as feministas tiveram também que lutar, em vários contextos, pela ocupação do OPM, principalmente em casos em que este órgão foi utilizado para acomodar os componentes da coalizão do governo, como diz a entrevistada 7:

Nossa secretaria estava muito desarticulada, na mão de um grupo político que não era de esquerda, por acordos necessários da gestão estava na mão de um grupo que é praticamente de extrema direita, com um pensamento completamente diferente do nosso. Nosso governador tem uma linha de esquerda, sempre teve uma relação muito próxima com os movimentos sociais, e os movimentos estavam clamando, não aceitavam mais a secretaria da mulher da forma que estava, aí ele me chamou (Entrevista 7).

Portanto, a entrevistada demonstra que, atendendo aos movimentos sociais, o governador reavaliou a nomeação da pasta de política para mulheres. Nesse caso o ativismo feminista também ajudou a moldar as oportunidades políticas para a entrada no Estado. É

importante mencionar que o fato narrado pela entrevistada 7 ocorreu em 2019, nesse novo contexto adverso. Isso mostra o quanto a realidade brasileira tem múltiplas faces nesse momento.

Conforme indicam as discussões sobre ativismo institucional, a entrada de ativistas trouxe para dentro do Estado a agenda dos movimentos sociais. Nesse sentido, a atuação das feministas enquanto ação coletiva foi demonstrada desde a entrada delas no Estado. Como apontado nos seguintes excertos:

[...] com o convite do prefeito eu consultei essas bases, né.. o fórum, no qual eu estava presidente, do coletivo, do qual eu também estava presidente. Consultei o pessoal do Sindicato, que eu sou sindicalista. Enfim, as pessoas que me conhecem e que tem a minha história de vida na mão. Todo mundo entendeu que era o momento, porque a gente tem que fazer parte da mesa do poder, né, se a gente quer avançar um pouco, tem que participar (Entrevista 2).

[...] e quanto fui convidada eu fiz uma conversa sim com o movimento de mulheres. Fiz uma conversa bem legal, bem aberta com elas sobre a expectativa do movimento de mulheres em relação a minha participação em uma gerência de políticas para mulheres. Eu sempre tive essa preocupação de ao estar numa secretaria, ou em um OPM, tentar implementar aquilo que o movimento vem discutindo, né. [...] e eu sempre deixei isso claro inclusive para as pessoas que me convidaram, então o meu compromisso era em tentar implementar na prefeitura aquilo que o movimento tinha acumulado em termo de reivindicação de política para as mulheres (Entrevista 3).

Com essas entrevistas podemos concluir que as oportunidades políticas geradas à nível nacional foram essenciais para a inserção das femocratas na burocracia nos subníveis federativos. Porém, as próprias feministas impactaram também o contexto e as oportunidades políticas locais, podendo, nessa dimensão, “estruturar ações futuras” (ABERS; SILVA; TATAGIBA, 2018).

Tais ações, por sua vez, estão agora situadas num novo contexto nacional, em que os incentivos da SPM deixaram de existir e em que o feminismo se tornou alvo de forte contestação e perseguição no debate público. Assim, das oito entrevistadas para esse trabalho, apenas três ainda ocupam cargos em pastas de políticas para mulheres. Das cinco restantes, existem as que perderam o cargo com o fim da pasta em que trabalhavam e outras que foram exoneradas em favor de uma mudança ideológica da pasta. Ou seja, com a ascensão da agenda conservadora na sociedade e sua chegada ao poder político máximo do país nas eleições de 2018, a direção e o conteúdo assumidos pelas marcas deixadas pelas feministas no Estado

estão incertos. Principalmente se considerarmos que, diferentemente de áreas como saúde e educação, a estrutura das políticas públicas para as mulheres não havia ainda se consolidado no Estado. Nesse caso, os incentivos que partiam da esfera federal para a existência da política se fazem fundamentais.

A fim de compreender o impacto do rearranjo político nas conquistas do Feminismo de Estado brasileiro, analisamos nos próximos itens a experiência institucional das entrevistadas à luz de suas próprias avaliações.

3.2 Contexto político e encaixe institucional.

“E veja como a gente retrocedeu tão rápido, acabou em tão pouco tempo. Nós saímos do armário para dizer ‘temos direitos e lutamos por eles’, aí as reações conservadoras também saíram do armário, não gostaram de ver a gente ocupando.” (Entrevista 5)

Como apontado anteriormente, em 2015, a SPM passou por uma mudança estrutural, deixando de ter *status* ministerial. Porém, a partir de 2016 mais mudanças ocorreram no OPM Federal, cuja localização passou por várias pastas e pelas mãos de diversas gestoras. Seja por absoluta falta de preocupação, seja por intenção deliberada por parte daqueles que estavam no governo, tal instabilidade dificultou negociações com as esferas municipais e estaduais no que diz respeito à continuidade dos programas, convênios e políticas oferecidas para as mulheres. Como apontado pela entrevistada 6, além da dificuldade enfrentada nas negociações com o novo governo, para quem a própria estrutura de políticas para mulheres muitas vezes tinha que ser apresentada, cada mudança da pasta acarretava a necessidade de reiniciar os acordos:

A gente foi para Brasília no começo do ano para apresentar as estruturas de políticas públicas para as mulheres, como que o governo federal mantinha essa estruturas e conversar sobre a possibilidade de novos recursos, mas principalmente para fazer acontecer o Sistema Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, que é o SINAPOM, que foi instituído por decreto mas não foi implementado. E quando nós fomos para Brasília, a receptividade foi muito ruim, na época era a Tia Eron ainda a secretária. Foi muito difícil a conversa, a gente não conseguia nem falar [...] dez dias depois ela foi mandada embora e a gente teve que recomençar novamente esse contato com o governo federal (Entrevista 6).

De acordo com os Planos Nacionais de Políticas para Mulheres e também os relatos das entrevistadas, houve, desde a criação da SPM, um esforço por parte do órgão em espalhar OPMs pelo Brasil. Evidência disto foi a criação, em 2011, do Fórum Nacional dos OPMs, que buscou fornecer um manual de como os municípios e estados poderiam criar e operar os OPMs. Além disso, a criação do Pacto Nacional pelo enfrentamento à violência foi mencionado por algumas entrevistadas como um incentivador das políticas para mulheres, que buscou descentralizar o recurso público entre os estados e municípios e estimular o desenvolvimento de projetos em consórcios regionais. É todo esse amparo que foi perdido com a mudança de governo em 2016, como disse Miguel (2019):

Ainda que reconheçamos o caráter processual do Golpe, não há dúvida que, com a retirada da Presidenta Dilma Rousseff da Presidência, o grupo que assumia a interlocução com os movimentos sociais, que tencionava a parte mais conservadora do governo para a efetivação de políticas públicas que incidissem na redução das desigualdades – de classe, raça, gênero – foi afastado do poder e, com isso, se intensificou o desmonte das políticas sociais e de afirmação de direitos, sem obstáculos intragoverno. (Miguel, 2019, p. 24)

Ou seja, se mesmo nos governos petistas as femocratas tinham que permanentemente travar disputas para efetivar as demandas feministas, com a saída de Dilma Rousseff, essas agentes foram retiradas das disputas.

Sobre os OPMs, dados da edição de 2018 da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC/IBGE) apontaram que estes diminuíram desde 2013 (ano em que ocorreu a penúltima edição da pesquisa), passando de uma cobertura de 28% do total dos municípios brasileiros para 19,9%. Segundo dados das pesquisas anteriores, o percentual de 2018 se equipara ao de 2009, período em que os OPMs começaram a se desenvolver e serem implantados no país (ALMEIDA; BELANÇON; CHAVE, 2019). Com base nas experiências das entrevistadas, consideramos que a falta de incentivo encontrada no novo governo foi uma das causas para tamanha diminuição.

Nos subníveis da federação, se as dificuldades, em termos de capacidades estatais, enfrentadas pela maioria dos municípios já configuravam uma barreira para a manutenção dos OPMs, estes ainda precisavam enfrentar o fato de, na maioria das vezes, serem vistas pela gestão do governo enquanto um órgão de segunda importância. Desse modo, a luta por recursos e poder para as OPMs se colocou como uma constante para as entrevistadas mesmo

depois de inseridas na burocracia estatal. Nesse sentido, muitas apontaram que suas pastas eram as que menos recebiam recursos frente ao corpo de secretarias da gestão. Portanto, a importância de um órgão como a SPM à nível federal foi mencionada por fornecer recursos necessários, como lembrado pela entrevistada 3:

[...] então a gente usava muito recurso de buscar recurso fora, recurso financeiro fora, porque dentro do orçamento da secretaria era muito limitado, então buscava apoio do governo federal, com uma secretaria nacional isso funcionou bem (Entrevista 3).

No novo contexto adverso, a Entrevistada 4, que passou a ocupar um cargo em OPM após 2016, aponta como isso impactou a vida das mulheres no município. Nesse mesmo sentido, dados do Tribunal de Contas da União (TCU) indicam que de 2015 à 2019 houve redução de 80% da dotação orçamentária do OPM Federal (BRASIL, 2019). Sem recursos, a política só acontece com a “criatividade”, ou seja, depende quase exclusivamente da energia militante das ativistas institucionais:

[...] quando eu olhei a peça orçamentária da gestão passada, a secretaria tinha um orçamento de milhões, dois milhões se eu não me engano. E quando eu tomei conhecimento da peça orçamentária atual, a nossa verba foi muito pouca, muito por conta desses cortes que se teve em nível federal, vários projetos profissionalizantes terminaram, várias verbas que vinham para a questão do enfrentamento a mulheres também não vieram mais. Então, a gente começou a ter que fazer política sem dinheiro, e não tem como fazer política sem dinheiro, né, como a gente vai fazer sem verba pra contratar um oficineiro, para fazer uma palestra, pra capacitar profissionais, ou até mesmo uma palestra de prevenção nas escolas, nos bairros com as mulheres? E muita coisa assim a gente tocou com a criatividade (Entrevista 4).

Corroborando a importância do recurso federal, a entrevistada 6 aponta que em seu município a construção do OPM se deu via financiamento da SPM:

[...] quando a secretaria foi criada, em 2013, a gente pegou a última leva de recursos disponíveis, que era o programa “Mulher: viver sem violência”. Nós recebemos recursos para casa abrigo, para estruturar a secretaria e para fazer curso profissionalizante para as mulheres. Esse foi o único recurso que a gente recebeu do governo federal diretamente do Ministério e foi se renovando até 2017, a gente podia ir renovando o convênio mas agora ele se encerrou (Entrevista 6).

Junto com a desconstrução das capacidades estatais então disponíveis, a entrevistada 4 lembra que há uma mudança no entendimento do que são as políticas para mulheres e uma

disputa de teor antifeminista por parte do OPM federal sobre o que são “políticas públicas”, o papel das mulheres na sociedade e sua autonomia:

Toda vez que aquela ministra [Damares Alves] abre a boca para falar é algo assim que, sem comentários. E aí a gente vê que tanto trabalho, tanta coisa boa que a gente tinha conquistado nesse Ministério se destruindo. Por exemplo, Casa da Mulher Brasileira não tá dando mais verba, os CRAMs não estão mais ganhando verba, os projetos que tinham na questão de geração de renda também não tem mais verba, na questão também de projetos que se tinham na área da saúde integral da mulher não tem mais verba. Tudo eles acabaram, tudo eles estão levando, eles estão trazendo para uma discussão moral e ética da questão se a mulher pode ou não fazer, que é um retrocesso total, *né* (Entrevista 4).

Nesse sentido, segundo dados do Portal da Transparência, até Agosto de 2019 a Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres não havia destinado nenhuma verba do orçamento previsto para manutenção ou construção de Casas da Mulher Brasileira, por exemplo. A Casa da Mulher Brasileira faz parte de um programa lançado por decreto em 2013 pela então presidenta, Dilma Rousseff (PT), com o nome de “Mulher: Viver Sem Violência”. O objetivo do programa consistia em expandir a rede de serviços voltados para as mulheres vítimas de violência e promover a integração entre eles, através de ações para além da implementação das casas, como a ampliação da central telefônica “Ligue 180” e campanhas de conscientização sobre o tema (MARQUES; SILVA, 2017).

Nesse contexto, as ativistas inseridas na gestão de políticas para mulheres têm buscado estratégias de sobrevivência das “sementes da luta”, mesmo em uma “ecologia hostil” como a burocracia estatal (Abers, no prelo), principalmente em um contexto político adverso. Isso é o que afirmam as 3 entrevistadas que continuam atuando na gestão de políticas para mulheres, que apontam estratégias de parcerias com outras secretarias, movimentos sociais, coletivos e universidades para continuarem suas ações. No estado da entrevistada 6, por exemplo, as gestoras municipais se reuniram com o Conselho Municipal e decidiram criar um Fórum Estadual das Gestoras de Políticas para Mulheres: “Justamente porque a gente perdeu os elos de ligação com o governo estadual e federal a gente decidiu se unir pra uma fortalecer a outra”, justifica a entrevistada. Tal Fórum tem por objetivo pensar estratégias de angariação de recursos públicos para as secretarias e, além disso, afinar as práticas das gestões. Segundo a entrevistada, muitas gestoras não possuem conhecimento da estrutura das políticas para mulheres então construída e já existente, o que dificulta ainda mais a promoção de ações.

Os Conselhos Gestores de Políticas para Mulheres (CPMs) foram indicados, assim, como parceiros na manutenção das políticas conquistadas. É válido lembrar que, segundo Almeida, Belançon e Chaves (2019), em 2013, 18% dos municípios contavam com CPMs e, em 2018, 23% deles possuem essa instância. A hipótese das autoras é de que, por serem criados por lei, os CPMs contam com uma resiliência maior que os OPMs no atual contexto. O depoimento da entrevistada 4 mostra, inclusive, que não só pode haver uma resistência por parte do CPM, como também este pode colaborar com a manutenção do OPM:

Na gestão anterior a essa eles queriam fechar a secretaria, e quem garantiu que não se fechasse foi o conselho municipal de políticas para mulheres. Sem ele, hoje não existiria nem a secretaria e nem o CRAM (Entrevista 4).

Uma das entrevistas nos disse que nesse momento percebemos a importância dos conselhos estarem regulamentados por lei, já que tais instâncias constituem “os últimos mecanismos de monitoramento das políticas públicas” (Entrevista 3).

Outro fator importante para se levar em conta na atuação das feministas no Estado em contexto adverso diz respeito a características locais. Municípios maiores, com movimentos feministas e de mulheres articulados e atuantes e com maiores recursos de capacidades estatais, tendem a ter mais chance de contar com OPM e de dar continuidade às políticas. Segundo Almeida, Belançon e Chaves (2019), em 2013, 28% dos municípios brasileiros contavam com OPM, porém, contando apenas entre municípios com IDHM classificado como “Muito Alto” esse índice subia para 77%. Essa hipótese é corroborada também pela experiência da entrevistada 3, que exerceu atividades em dois municípios diferentes. A entrevistada demonstra como as ações foram melhor executadas no município maior, que é uma capital e contava com um OPM de alto grau de hierarquia. Segundo ela, nesse “a gente tinha uma estrutura um pouco maior e uma articulação com as outras secretarias melhor também”. Nesse sentido, foi possível a criação de Fóruns regionais, Conselho de Políticas para Mulheres, Plano Municipal de Políticas para as Mulheres, que foi disseminado também para outras secretarias, operando de maneira transversal.

Devemos considerar que a disponibilidade de uma “estrutura maior” é fundamental no caso das políticas públicas para mulheres, que requerem articulação de várias pastas, para cumprir o princípio da transversalidade. Conforme as entrevistadas, a pasta de política para mulheres pode ser considerada uma “secretaria meio”, ou seja, um organismo que não executa as “ações fim” somente, mas muitas vezes intermedeia ações a serem executadas por outras

secretarias, onde as mais citadas são Educação, Segurança e Saúde, por exemplo. O princípio da transversalidade foi designado nos Planos Nacionais de Políticas para Mulheres, e diz respeito à ampliação da rede de parcerias nos âmbitos estadual e municipal, visando a construção da capilaridade necessária para o atendimento às referidas demandas. Ou seja, comprometer também as outras secretaria e departamentos do governo com a política para mulheres, como explicado nos exemplos abaixo.

[...] nós falamos em transversalidade, mas não temos ideia do que é transversalidade das políticas de gênero. É você chegar no Ministério da Defesa, no Ministério das Minas e Energias e dizer “olha, programa Luz pra todos tem que ter perspectiva de gênero, porque uma cidade iluminada diminui a violência contra as mulheres”. Todas as ações do Ministério da Defesa tem que estar voltada para as mulheres. E aí no geral, falar de educação, saúde, é mais fácil, do Bolsa Família, do planejamento, “Minha Casa, Minha Vida”, e aí criou-se uma questão que chamava Plano Nacional de Monitoramento de Gênero, que é você monitorar os comitês de gênero em cada Ministério. Então, as próprias servidoras dos outros ministérios ligavam para a ouvidoria da SPM quando não respeitavam as políticas de gênero na formulação das suas políticas específicas. Então, um instrumento ministerial voltado para política para mulheres é fundamental, pra desenvolver as políticas afins, mas ele se torna mais fundamental quando ele introduz a temática das mulheres nas outras políticas (Entrevista 1).

[...] é a questão da transversalidade das ações com recorte de gênero. Com a saúde, com a educação, que criou um grupo de discutir gênero e Raça na educação, com o trabalho com a segurança. Então são comprometimentos das outras secretarias com esse recorte de gênero que ficou consolidado num Plano Municipal de Política para as mulheres, acho que esse foi um grande avanço da secretaria (Entrevista 3).

Observamos, assim, que a atuação das femocratas no esforço de dar continuidade às políticas em uma conjuntura nacional adversa é condicionada também pelas características próprias dos locais onde atuam: municípios mais ricos, maiores e com movimentos organizados, tornam seus esforços mais propensos ao sucesso.

É preciso reconhecer, também, que se na esfera federal a estrutura de políticas para mulheres tivesse obtido maior consistência, as chances de sucesso de sua resistência aumentariam nesse momento de dificuldades. Nesse sentido, a entrevistada 6 sugere como grande falha da SPM a não conclusão do Sistema Nacional de Políticas Públicas para Mulheres (SINAPOM). Segundo ela, o SINAPOM tinha por objetivo firmar um Sistema Único em todo o país, de modo que houvesse regulamentação e normas comuns exercidas na

forma de lei. Por tal ausência, a entrevistada aponta que a política para mulheres acaba por ter “a cara da gestora da vez”, o que segundo ela “gera um medo de que nossas organizações não sejam suficientes para manter a secretaria quando acabar essa gestão.

Percebemos que a capacidade das feministas de “estruturar ações futuras” nesse contexto adverso depende, de um lado, do grau de força institucional legada pela política nacional no que diz respeito às políticas para mulheres, e, de outro, das próprias características dos locais em que elas atuam. Esses fatores influenciam, portanto, as condições em que ocorrem as disputas pelos encaixes institucionais, aqui entendidos como espaços cavados por atores sociais no Estado, tornando-o poroso a seus interesses e valores. No caso aqui tratado, os encaixes são os OPMs, os CPMs, os Planos, as Conferências etc.

Na esfera nacional, alguns desses encaixes estão sendo desconstruídos, como os Planos de Políticas para Mulheres. Outros, como o OPM, encontram-se sob nova orientação, já que eles são “sedimentações institucionais que ganham vida própria” (LAVALLE *et al*, 2017, p. 19), dessa forma, tornam-se independentes dos princípios pelos quais foram criados.

Nesse contexto, a atuação das femocratas pela continuidade das políticas não conta mais com o que estava ainda em construção: uma articulação de diversos encaixes de caráter horizontal, ou seja, que atuam no mesmo nível federativo, e vertical, que diferem em termos de especificidades e hierarquia de autoridade em que operam (LAVALLE *et al*, 2017). Com isso, levamos em conta que Conferências, OPMs, CPMs e Planos são encaixes que podem ou não adquirir uma configuração articulada, conferindo maior densidade e alcance às políticas. Podemos dizer que, durante as gestões petistas, era essa articulação que estava em construção. As conferências nacionais deliberavam sobre as metas que deveriam ser implementadas num determinado período para as políticas para as mulheres. Essas metas se formalizavam nos Planos Nacionais, que determinavam as ações que, desde a esfera federal, deveriam ser desencadeadas junto às esferas subnacionais para estimular a criação de OPMs e para o estabelecimento de convênios e compromissos intragovernamentais. A periodicidade da realização de conferências nacionais permitia uma avaliação dos objetivos alcançados e a elaboração de novas estratégias diante das fraquezas detectadas. Como exemplo, o relatório final de implementação do I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres assim deixou registrado:

Sabe-se que as pactuações e articulações com estados e municípios são decisivamente influenciadas por fatores políticos. Assim, cada rearranjo político-institucional nas esferas subnacionais demanda uma nova investida, um novo

processo de convencimento e sensibilização dos atores locais para a implementação das ações do Plano em suas cidades ou estados (BRASIL, 2009, p. 97).

Diante dessa constatação, o II Plano Nacional definiu como estratégia regionalizar ações que estimulassem a construção de planos estaduais e municipais, de forma a adequar as grandes linhas e objetivos do PNPM às realidades locais (ALMEIDA; BELANÇON; CHAVES, 2019, p. 189).

Esse foi um exemplo que nos possibilita identificar o que estava em curso em termos de uma articulação, horizontal e vertical, de encaixes institucionais voltados à implementação de demandas. A ação das femocratas, portanto, enfrenta o desafio de operar no momento em que essa rede está sendo desconstruída ou reorientada para outros objetivos. Atuam, assim, “como” e “em” “encaixes avulsos e desarticulados entre si” (LAVALLE *et al*, 2017, p. 21), o que não significa que essa atuação não seja necessária e impactante em escalas específicas.

Recuperando aqui Rebeca Abers e Marisa Von Bülow (2011), que apontam a importância da construção de redes que integram diferentes repertórios com um mesmo fim, que é fazer avançar uma pauta e/ou política pública, é justamente essa rede que se fragiliza no atual contexto. Se no período anterior as femocratas atuavam como peças fundamentais na construção e na articulação de diferentes encaixes, ocupando um papel importante na tecitura da rede feminista que atravessava Estado e sociedade, no atual contexto suas ações no Estado podem ter alcance reduzido, configurando-se mais como “resistência”.

3.3 Lições do ativismo institucional feminista

“Nosso sentimento em relação a tudo isso é um sentimento de dever cumprido, a gente cumpriu com tudo aquilo que desde a militância almejava, claro que com as dificuldades.” (Entrevista 8)

Em meio a diversidade de mulheres feministas que ocuparam a burocracia estatal, representadas entre as entrevistadas deste trabalho, a unidade lhes é dada por sedimentarem seu trabalho nos princípios da equidade de gênero e se reconhecerem enquanto feministas. Sabemos que os feminismos abrigam uma diversidade de teorias, práticas e métodos de ação,

muitas vezes conflitantes entre si. Porém, ao nosso ver, o que torna todas essas mulheres feministas é o reconhecimento de que existe uma estrutura de opressão às mulheres, com raízes culturais e institucionais. As entrevistas apontaram que essas mulheres que foram ao Estado estavam comprometidas com este ideal para as políticas públicas, e entendem este trabalho como fundamental para mudanças também culturais. Como disse a entrevistada 2,

A secretaria da mulher ela não pode ser vista como uma secretaria que só vai assoprar feridas, não pode ser vista dessa maneira. [Ela] tem que evitar as feridas, e você vai evitar as feridas tornando essa mulher mais consciente, capacitada para gerir seu salário, sua vida, proteger nesse sentido (Entrevista 2).

Como afirmado por Rodrigues e Prado (2010, p. 447), “de um modo geral, os movimentos sociais contemporâneos trazem consigo o pressuposto de que transformar a realidade não é só modificar a sociedade a partir dos aparelhos do Estado, é modificá-la também ao nível das ações concretas da sociedade civil”. Dessa forma, percebemos que as ações das femocratas não se bastaram à burocracia e à política tradicional, impactando também nas relações do dia-a-dia da gestão, e conseqüentemente da sociedade civil. Conforme apontado na Entrevista 2,

[...] foi gratificante o tanto de mulheres que, muitas vezes em um lugar que a gente nem imaginava, falavam que estavam ali porque tinha aprendido conosco. Começou das próprias funcionárias, a maioria não estudava, aí eu comecei a dizer pra elas “até quando vocês querem só carregar piano? Tá todo mundo estudando hoje, todo mundo se preparando” tinha muitas funcionárias do serviços gerais, falei “vocês vão ficar a vida inteira nisso?” Então, o olhar de militante eu levei pra dentro da secretaria (Entrevista 2).

Segundo o relato da entrevistada, podemos perceber o quanto sua militância impactou até mesmo as demais funcionárias, incentivando-as à independência financeira, como no exemplo por ela citado. Outro exemplo do impacto de uma gestora militante pode ser encontrado no trecho da Entrevista 3:

[...] então eu acho que pensar a política para as mulheres não é pensar só nas mulheres, é pensar no contexto social que a gente tem, que a gente quer mudar, sempre é bom falar, a gente que mudar, mas até a gente mudar e todo mundo assumir a tarefa da reprodução humana, do cuidado, a gente ainda vai levar um tempo, infelizmente. Então eu acho que uma feminista numa gestão pública ela carrega esse discurso onde ela vai, entendeu? E isso é cotidiano,

trabalho de convencimento é cotidiano (Entrevista 3).

Desse modo podemos perceber que o trabalho das militantes no Estado ultrapassa a construção da política formal, influenciando também informalmente, na troca com colegas, em “bastidores”, reuniões diversas. De maneira formalizada, essa seria a transversalidade, princípio presente nos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres, que consiste em envolver as diversas secretarias em uma lógica que pensa no bem viver das mulheres. Porém, com as entrevistas percebemos que o caráter transversal da atuação das femocratas extrapola a formalidade, e dessa forma a agenda feminista se espalha pelo Estado até mesmo pela simples presença de seus corpos políticos nesses espaços, implicando permanentes “contestações”. Como nos diz Rebecca Abers (no prelo), as atividades do ativista institucional evocam contestação mesmo sem o uso das táticas contestatórias tradicionais, uma vez que se expressam em rotinas como a produção de manuais, protocolos, decretos e relatórios; a realização de reuniões e seminários técnicos etc. Dessa forma, a autora aponta a importância desses processos devido à carga contestatória que carregam, ainda que não sejam bem sucedidos já que há desigualdades de poder entre os vários atores que habitam as instituições.

Outra dimensão a se levar em conta sobre a presença das feministas no Estado é que elas levaram para essa instância desafios contemporâneos do movimento feminista, que tem a ver com as intersecções entre gênero, raça e classe. Desse modo a Entrevistada 2, que é uma mulher negra, pontua:

[...] treinei todo mundo pra fazer palestra, cada uma vai preparar duas, vai me mostrar. [...] E foi ótimo, com pessoas competentes. E a maioria não tinha o olhar das diferenças, nem sociais, nem raciais, nada.. e aí começaram a levar susto, porque me apresentavam o esqueleto da coisa, e eu olhava e falava “isso contempla todo mundo? Contempla? Tá contemplando a sua secretária aqui?” e aí começaram a acordar e foi maravilhoso (Entrevista 2).

Mais uma vez salientamos o quanto a presença desses corpos “estranhos” ao dia a dia do Estado impactaram as práticas da burocracia. Ao falar da importância da presença destes corpos, podemos nos remeter à Política da Presença, descrita por Anne Phillips (2001). Fundamental para o debate teórico contemporâneo sobre a Representação Política, a autora discute o tema da exclusão política e o desafio que este tema coloca para o entendimento tradicional dos mecanismos representativos, elucidando a necessidade de presença física dos grupos excluídos nos locais de decisão. Portanto, para usar os termos de Phillips, o que a

política da presença afirma é que o “mensageiro” é parte daquilo que constitui a “mensagem”. Desse modo, apontamos que se a presença de uma mulher já é parte importante da “mensagem” que será passada, a presença de uma mulher feminista, de uma mulher negra, também impacta essa mensagem.

A preocupação em provocar mudanças culturais mais profundas na sociedade resulta do compromisso das femocratas com o movimento feminista. O senso de urgência em fazer “o máximo em pouco tempo” estava presente para muitas delas, que sabiam que a presença no Estado podia ser efêmera:

[...] então a gente sempre afirmou e continuamos afirmando, a secretaria tem que ter lugar com status de primeiro escalão [...] você tem que ter poder lá dentro, a gente tem pouco tempo, 4 anos é pouco tempo, a gente não sabe se continua (Entrevista 5).

E a guinada conservadora, de fato, implicou para algumas entrevistadas a interrupção de um processo que, elas acreditavam, levaria às grandes mudanças:

No meu olhar eu imaginava que a gente conseguiu ter uma estrutura boa de política pública de enfrentamento à violência, que as mulheres estão sobrevivendo, agora seria a hora da gente falar “mulheres, não basta sobreviver, a gente vai agora conquistar uma vida plena”, e não foi isso que aconteceu. Essa coisa que a gente conseguiria agora na veia cultural mesmo, transformar, discutir gênero, discutir de onde vem toda essa raiz da violência a gente acabou não conseguindo fazer (Entrevista 6).

Para algumas delas, a interrupção do caminho que se construía foi sentida com perplexidade, gerando grandes angústias, principalmente às que atuavam em nível federal:

O golpe pra nós foi muito duro, foi muito cruel. Primeiro [...] todas as minhas chefias foram embora antes de mim, eu tive que ficar lá e eu literalmente adoeci. Eu tinha que trabalhar e não conseguia sair de casa [...] mas eu também tinha toda uma equipe, então esse boletim que estava pronto pra sair não tinha como a gente publicar. Como a gente vai publicar um boletim se a ministra não estava, minha secretária não estava, a Dilma não estava? [...] então essa sensação do golpe, quando todo mundo que desde que eu cheguei já estava lá foi embora e eu fiquei... eu me senti o cachorro que caiu da dança (Entrevista 8).

Nesse contexto, a realização da 4ª Conferência Nacional, nos dias em que o Congresso decidia sobre a saída definitiva de Dilma da Presidência, em 2016, foi vista como uma forma

de resistência e de abrandamento das angústias:

[...] toda a equipe da SPM batalhou, todo conselho, e conseguimos realizar a quarta conferência nacional de mulheres, nos últimos dias de Maio. Isso ninguém dá importância mas foi uma briga interna no governo, nós ganhamos. Porque uma briga? Será que vale a pena trazer 4 mil mulheres? Vale! Vale porque são as mulheres que vão dar força a este momento. As mulheres contra o golpe em cima de um golpe machista, misógino, patriarcal e midiático, fundamentalista, capitalista financeiro, togado, em cima de uma mulher, da primeira mulher Presidenta da República. [...] Então foi fantástico, deu vida, deu abraço, deu acolhimento, mostrou uma forma diferente de fazer política, que as mulheres sabem fazer (Entrevista 1).

Essa interrupção antes da suficiente solidificação do que estava sendo construído para as políticas facilitou a reorientação da direção dos encaixes então cavados, o que foi sentido imediatamente nos subníveis da federação:

[...] eu acho que eles reverter completamente o objetivo para atuar contrariamente àquilo que a gente tinha criado, aquele instrumento, a SPM era uma ferramenta importantíssima, uma conquista importantíssima do movimento de mulheres, que além de estar sendo desmontado, porque o orçamento está praticamente zero, a Casa da Mulher Brasileira, todos os programas que estavam sendo implementados, eles foram cortados, a maioria deles, quase totalmente. Além disso, ainda tem uma pessoa com esse status, trabalhando ao contrário, para reverter todo avanço que a gente conquistou em termo de reconhecimento da necessidade de trabalhar para promover igualdade e tal, a gente tem um retrocesso usando esse mesmo instrumento, então acho que é muito triste pra gente e acho que nos coloca muitos desafios aí (Entrevista 3).

[...] a gente lutou tanto pra ter essa visibilidade, essa força, e aí assume uma pessoa com essa concepção. Eu só tenho a dizer que é extremamente prejudicial à vida das mulheres brasileiras, entendeu? Era melhor que não tivesse, porque ela tem um lugar de autoridade e esse é um lugar estratégico de comunicação. Ela dissemina aquilo que nós não precisávamos mais ouvir daqui pra frente e não esperava mais ouvir, por conta de que a gente tava começando a respirar a democracia no nosso país (Entrevista 5).

A entrevistada 8, que atuou na SPM durante toda a gestão petista, indica diferenças entre a gestão Lula e a gestão Dilma, sugerindo que maiores dificuldades começaram a pesar sobre as que estavam no governo federal desde o início do terceiro mandato do partido na Presidência:

[...] desde que a Dilma entrou ela não teve condições plenas de governabilidade [...] tinha esse engessamento, essa dificuldade de gestar, dificuldade de governabilidade, tinha que estar o tempo todo dando resposta. O tempo todo sabe, de todos os lados uma pressão pra Dilma dar respostas sobre alguma coisa, então a gente sempre tava respondendo alguma coisa e não deixava a gente trabalhar. (Entrevista 8)

Tais dificuldades, para além de outros fatores, disseram respeito, por um lado, à forte pressão e expectativas dos movimentos feministas sobre a eleição da primeira mulher Presidenta do Brasil, e por outro, do acirramento das forças conservadoras a partir de seu primeiro mandato, que desembocaria no fenômeno do antipetismo mais à frente. Como descrito por Abers e Tatagiba (2015), os rearranjos da coalizão pós-Lula passaram o sentimento de que os setores conservadores tinham muito mais influência sobre a agenda do governo, tornando as feministas pessimistas e críticas às femocratas. Nesse sentido a presidenta nomeou uma ministra declaradamente feminista, o que “apaziguou” os ânimos com as feministas, porém, efervesceu entre conservadores. É nesta gangorra que notamos o início do acirramento de fato das disputas sobre as políticas para mulheres.

Com a ascensão das forças conservadoras ao poder e o avanço da agenda antifeminista pela sociedade, as femocratas passaram a adotar novos métodos nessa disputa. As que ainda estão atuantes relatam, por exemplo, uma série de estratégias para que possam dar continuidade às ações sem que sofram represálias por parte do governo e até da população. Algumas entrevistadas optam por omitir certos termos de seus projetos, preferindo o mote do “combate à violência”, pois, como afirma a entrevistada 6, “a gente nunca vai encontrar um prefeito, presidente, governador, que diga que é a favor da violência contra a mulher, agora você encontrar alguém que não quer discutir as raízes disso sempre vai ter”.

Para Gisela Zarembeg (2016), a pauta do combate à violência de gênero pode ser ressignificada por forças conservadoras, que visam o reforço das tradicionais concepções associadas aos gêneros ao enfatizarem a necessidade de “proteger as mulheres”. Por isso para muitas feministas brasileiras, mesmo durante os governos petistas, foi necessário vincular essa pauta ao “feminicídio”, para atribuir a ela a dimensão propriamente política de questionamento da autonomia e subalternização das mulheres diante dos homens de forma mais ampla. No atual contexto, evitar termos que remetem a essa politização, como vimos, passa a ser muitas vezes uma estratégia para a atuação no Estado.

Em relação às estratégias mais amplas para o enfrentamento desse contexto adverso, as

entrevistadas afirmam que a experiência pela qual passou o Brasil recentemente deve ser passada para as novas gerações e aprimorada com as suas experiências. A entrevistada 2 destaca que,

[...] nós tivemos uma conquista, nós tivemos e eu falo, eu sei reconhecer o que fiz. [...] A gente tem que retomar. Nós não podemos perder uma luta que começou, olha a situação que tá esse país. Nós não podemos seguir essa situação. [...] o país não tá se importando, mas nós estamos, e temos que dizer isso, né? Nós temos que dizer isso pra comunidade, pra esses machistas, nós não precisamos de homens na secretaria da mulher. Não demora eles colocam um secretário lá. Eles estão desesperados e temos que aproveitar isso, nós temos que aproveitar que tá um grupo bem grande de meninas, são as meninas mestras, doutoras e tudo, mas vão aprender lá com as “donas Marias”, pega umas 3, 4, compra umas coisinhas, um café, “Dona Maria, convida umas 5 mulheres” (Entrevista 2).

Ou seja, há o reconhecimento da necessidade de uma conexão com a experiência das mais novas, que devem saber que há uma história a ser aprendida, mas que também elas têm um papel nos desafios para a caminhada feminista daqui por diante. Percebemos que, mesmo afastadas do Estado, as entrevistadas defendem que a luta pela ocupação da burocracia estatal aconteça. Entretanto, mais de uma vez, é pontuada a necessidade de um feminismo que contacte as bases, divulgue e informe os ganhos da política institucional:

[...] a partir desse desmonte dos organismos de política para as mulheres, para mim o que fica é o desafio... são dois desafios, um é o desafio de monitorar o que a gente conseguiu, conquistou por lei, então a questão de participar dos conselhos municipais, que também sofre um desmonte [...]. Uma outra coisa que eu acho que fica como desafio, como feminista, como movimento de mulheres é a gente falar muito com a sociedade, com a população, com as mulheres, do que é política pública, do que a gente conseguiu avançar e da necessidade de resistência como sociedade civil, denunciando o desmonte disso. E uma coisa que a gente percebe é que muitas pessoas não sabem do que a gente fez. [...] inclusive a população que não é militante e que demandam serviço, não sabe que existe um tal serviço em tal lugar que foi fruto da participação do movimento de mulheres na Gestão Pública (Entrevista 3).

As entrevistadas apontam a necessidade de um diálogo aberto e construtivo com as novas gerações feministas, mas sem abrir mão do olhar institucional da construção de políticas como meio de chegar a uma sociedade mais justa e igualitária:

Essas jovens feministas tem mais oportunidade, estão na universidade, fazem debates que eu acho que com conteúdos bastante importantes e então acho que tem uma contribuição muito legal e talvez a gente precisasse estreitar mais os espaços, pra gente conversar sobre isso. A experiência de ter essa secretaria, ter um organismo de política para mulheres dentro dos executivos, das instituições, essa nossa ação, e essa visão desses novos grupos feministas né, como é que se articulam, que perspectivas têm, acho que esse é um desafio para o movimento feminista no Brasil (Entrevista 3).

Como é que a gente consegue mesmo entrar dentro do governo senão forçando estar dentro da estrutura? E se tu não tá dentro da estrutura como que vai garantir as políticas públicas? Como é que tu vai garantir que se tenha um olhar diferenciado para a questão das mulheres? Se tu não tá dentro da estrutura não tem como fazer isso. Então eu acho que por mais que o Estado tenha retrocedido na questão das políticas para mulheres, nós ainda temos muita força e podemos ter muito mais se as mulheres se colocarem mais a disputar as vereanças, as cadeiras para Deputado Estadual, Federal, pra agente pressionar mais porque aí que tá o poder, é aí que a gente muda, eu acho que sim, é importante fazer a passeata, o ato, só que sem ter alguém, o espaço de fala, se não tem a representatividade não adianta de nada, a gente sempre vai falar ao vento e nada se concretiza. Se hoje a gente tem o que tem é porque a gente teve mulheres que estiveram lá para garantir isso, e eu acho que a gente vive um momento que a gente tem que aumentar nossa participação na política (Entrevista 4).

Percebemos pelas entrevistas que a avaliação da experiência institucional, assim como as perspectivas que as femocratas elaboram para o feminismo daqui por diante, estão em íntima ligação com as trajetórias de cada uma delas. Assim, a ativista com militância oriunda dos movimentos progressistas da Igreja Católica enfatiza a necessidade do trabalho de base, enquanto a ativista com trajetória em partido político destaca a necessidade de mais mulheres na política.

No mesmo sentido, as trajetórias impactam também a forma como as femocratas se veem na gestão pública e como governo. As entrevistas sugerem que aquelas com laços menos orgânicos e duradouros com organizações feministas traçam com mais facilidade a fronteira entre a “gestora” e a “militante”. Embora reconheçam-se como feministas, estão mais protegidas das cobranças do movimento uma vez no governo. A entrevistada 6, por exemplo, afirmou tomar cuidado, ao longo de sua permanência no governo, para não misturar as funções, uma vez que “nesse momento eu não sou militante, sou um órgão público”, diz ela. Para outras, com maior articulação a movimentos feministas, como a entrevistada 7, a burocrata é a todo momento a militante. Isso, inclusive, é lembrado por aquelas que estão no movimento:

[...] você tem que pensar a política com o olhar que você tinha antes, você tá dentro de uma estrutura de governo, mas você tem que pensar aquela pessoa que tava lá antes só como militante, então isso elas (as demais feministas) cobram muito, “não esquece que você é uma de nós, não vá ficar contra a gente” (Entrevista 7).

Os desafios encontrados nessa agência híbrida, entre Estado e movimento, são evidenciados também na concepção do quanto as ativistas institucionais devem estar presencialmente nos CPMs, instâncias que colocam face a face governo e movimentos. Nesse ponto, vemos o receio de algumas delas em reproduzir, enquanto burocratas, uma ingerência indevida nos Conselhos e nos próprios movimentos. Conforme as seguintes entrevistas, esse receio levou algumas a se absterem da participação no Conselho:

[...] enquanto secretária, eu preferi não estar participando [do Conselho]. Mas sempre a secretaria esteve participando, tinha a pessoa responsável. Porque em outras ocasiões, a secretária mandava no conselho, e eu nunca aceitei isso, ao ponto assim de você perceber na conferência o grupo que ficava comandado por secretárias, pra votar essa ou aquela questão. E sempre a gente sabe que é contra o povo. Eu falei “eu não vou fazer esse jogo”. Até teve uma situação que um vereador me procurou nervoso e queria que eu tomasse uma providência porque a presidente do conselho teria falado isso e aquilo. Eu escutei ele e disse assim “O conselho é livre, eu não sou dona do conselho. É um conselho da mulher, não é um conselho da secretaria da mulher”. Então, isso na minha gestão ficou claro, não fui, participei de uma, cedi uma sala pra elas se reunirem, depois conquistaram outro lugar. Por isso, eu ficava engasgada de ver secretária mandando e desmandando (Entrevista 2).

Eu, assim, diretamente não participo do Conselho Municipal dos Direitos das mulheres, por entender que o conselho tem que ser autônomo. A secretaria faz parte, temos representantes, mas eu não tô ali diretamente para elas não terem que achar que tudo teria que pedir para secretaria, quando elas tem autonomia inclusive para fiscalizar o trabalho que a gente realiza (Entrevista 6).

Podemos dizer que os receios em participar do Conselho se devem ao fato de que essas mulheres viveram – ou vivem - a delicada experiência de atuar em dois papéis principais ao mesmo tempo, o de ativistas e o de burocratas. Como mostram os depoimentos acima citados, principalmente para aquelas com trajetória orgânica nos movimentos feministas, esses papéis podem ser encarados como “antagônicos” por representarem interesses divergentes e, portanto, difíceis de serem operacionalizados por uma mesma pessoa simultaneamente. Ou

seja, o que se espera da atuação de ativistas é muitas vezes até contrário do que se espera da atuação de uma burocrata.

Erving Goffman (2002) pode ser acionado aqui para nos ajudar a compreender dimensões importantes implicadas nessa delicada e tensa experiência que constituem as femocratas e a decisão de participarem ou não dos Conselhos, representando o governo diante dos movimentos lá presentes. A teoria de Goffman baseia-se na representação de papéis pelos indivíduos em situações de interação e das condições em que a performance dessa representação é convincente. A interação é constituída pelas performances de cada indivíduo, de sua influência recíproca sobre as ações uns dos outros nos encontros face a face. Essas performances acionam “roteiros” que remetem aos papéis sociais esperados dos indivíduos de acordo com suas características e dos lugares que ocupam na sociedade. Assim, os papéis sociais já trazem consigo uma fachada “preestabelecida” para as performances e as rupturas devem ser evitadas pois podem colocar em xeque a representação, colocando o ator em situação de impostor. Mas Goffman difere aqueles que estão sinceramente convencidos de que sua encenação é verdadeira e aqueles que não creem em sua própria atuação (cínico), ainda que ela seja convincente para os demais. Para ser convincentes, os indivíduos, em situações de interação, buscam controlar as impressões dos que recebem e presenciam sua performance.

Os receios manifestados pelas entrevistadas em participarem dos Conselhos na condição de governo podem ser lidos como desafio que elas enfrentam, como femocratas, de serem sinceras tanto como ativistas quanto como burocratas, performando os dois papéis ao mesmo tempo. Esse desafio é constitutivo de sua atuação, entretanto, ele vem carregado de maiores tensões em determinadas circunstâncias, como a participação em Conselhos, instâncias que colocam face a face governo e movimentos, distinguindo quem representa quem.

Como foi dito anteriormente, o governo Dilma nos mostrou um outro momento em que as femocratas viveram com mais tensão sua atuação, principalmente aquelas que atuavam no nível federal. Momento em que a pressão conservadora fez com que as femocratas tivessem que reafirmar o seu papel enquanto burocratas com ainda mais firmeza e tomando ainda mais cuidados para legitimar as suas pautas e não serem vistas como “impostoras” enquanto gestoras de políticas públicas. Ao mesmo tempo, essa afirmação de sua face burocrata criou rugas dentro do movimento feminista, causando descontentamento àquelas ativistas que voltaram a questionar se a estratégia de se aliar ao Estado foi de fato boa ou se as femocratas

estavam perdendo o seu papel de ativistas. Ou seja, a tensão entre o papel de ativista e de burocrata se acirrou.

Como aponta Goffman, “o que parece ser exigido do indivíduo é que aprenda um número suficiente de formas de expressão para ser capaz de ‘preencher’ e ‘dirigir’ mais ou menos qualquer papel que provavelmente lhe seja dado” (GOFFMAN, 2002, p. 73). Então, as femocratas tiveram que aprender a operar com diferentes formas de expressão, dosando-as segundo as distintas circunstâncias. Dependendo das circunstâncias, essa experiência foi carregada de mais ou menos tensão.

Se nestes momentos descritos até aqui a tensão colocada era entre se fazer representar igualmente enquanto ativista e burocrata, o contexto político atual remodela os desafios à performance das femocratas. A partir das eleições de 2018, com a reorientação do OPM Federal, ocorre, como dissemos anteriormente, o que Aguiar e Pereira (2019) chamaram de institucionalização do *backlash* contra os direitos das mulheres.

Nesse contexto, a entrevistada 6 nos diz o seguinte:

[...] a disputa entre Bolsonaro e PT polarizou demais mesmo as organizações que tinham como pauta comum a política para mulher. Hoje, elas são parceiras “em termos”. Dependendo do tema que você for abordar, [as organizações falam:] “ah, são essas mulheres feministas”, “ah, são essas mulheres de esquerda”. A gente tinha uma certa organicidade e hoje ela está mais fragilizada. Se um dia for necessária haver uma manifestação, uma passeata pra manter uma política pública para mulher, eu não sei se todas as organizações iriam, porque “isso é uma pauta da esquerda”. Então tenho esse medo, sabe (Entrevista 6).

Notamos, portanto, que se altera a natureza das tensões na medida em que a burocracia estatal, desde sempre inóspita e desconfortável aos ativismos, passa agora a ser agente declaradamente propagadora do antifeminismo e de sua institucionalização. A entrevistada 6 nos diz que algumas organizações da sociedade civil que trabalham com as questões das mulheres podem já não ser mais parceiras na defesa das políticas públicas conquistadas, porque estas podem estar identificadas com a “esquerda” e o “feminismo”, os quais são estereotipados negativamente pelas forças no poder.

Como vimos, a realidade da esfera federal repercute nos demais subníveis. Diante desse contexto, de acordo com as particulares experiências e trajetórias, as posições assumidas pelas femocratas variam em termos de ênfases. Enquanto algumas enfatizam a necessidade de uma “volta” as bases, outras insistem na importância de permanecer no Estado

para preservar o que foi possível das conquistas tão duramente alcançadas, desencadeando estratégias diversas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve por objetivo captar o impacto do contexto atual brasileiro na atuação de femocratas e nas conquistas institucionais do feminismo. A motivação da pesquisa baseia-se no fato do Brasil ter passado recentemente por uma mudança de contexto político em que Estado e Movimentos se distanciam mediante o avanço da agenda conservadora, na sociedade e no Estado. Partindo desse objetivo, focamos nossas análises, primeiro, nas femocratas, entendidas aqui, em consonância com a bibliografia de movimentos sociais, como “ativistas institucionais”; e, em segundo lugar, nos Organismos de Políticas para Mulheres (OPMs), compreendidos aqui como “encaixe institucional”. Compreendemos tanto as femocratas como os encaixes como cristalizações do que as teóricas feministas chamam de Feminismo de Estado. O trabalho foi realizado com base empírica em entrevistas semiestruturadas com as feministas que trabalharam e ainda trabalham em OPMs no período de mudança de contexto político na esfera federal.

Definimos como marco temporal do trabalho o período que abarca os anos a partir de 2015, portanto, essa pesquisa desenvolveu-se enquanto nosso objeto de análise estava sofrendo mudanças que aqui tentamos captar. Desse modo, por conta da falta de maturação dos fenômenos, reconhecemos que uma pesquisa que lida com um contexto tão atual guarda limites quanto à sua capacidade de identificar o conjunto dos elementos em jogo e, sobretudo, saber quais deles são de fato relevantes e determinantes para o momento posterior.

Porém, acreditamos também que o caráter exploratório da pesquisa pode contribuir com futuros trabalhos sobre movimentos sociais e feminismos na medida em que ilumina e analisa as femocratas num momento em que elas vivem, muitas com angústia, o desafio de responder ao contexto de mudanças, avaliar o saldo do contexto anterior e traçar perspectivas para o feminismo no Brasil. Além disso, temos o anseio de que esse material sirva ainda como retrato histórico das disputas e conquistas das feministas brasileiras em torno das políticas públicas e do Estado.

Na seção 2, “Feminismo e Estado: aportes teóricos e instrumentos de análise”, traçamos o caminho percorrido pelas feministas em sua relação com o Estado na busca da efetivação de demandas por/para mulheres. Nesse sentido, vimos que não há homogeneidade na concepção das diversas mulheres (e diversos feminismos) sobre essa relação, e que esta é bastante impactada pelo contexto político. Além disso, apontamos também o quanto o

movimento feminista foi capaz de moldar tal contexto político, criando novas oportunidades a partir de sua própria agência. Exemplo disso foi a própria criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), em 2003, organismo que já vinha sendo gestado pelas mulheres feministas do Partido dos Trabalhadores, que fizeram questão de incluir esta pauta no plano de governo do então candidato à Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva. Além de trazer consigo uma série de aparatos que buscavam balizar as políticas para mulheres à nível nacional, como Conselhos Gestores, Conferências e Planos de Políticas Públicas, a criação da SPM com caráter ministerial foi o estopim para a construção de espaços como este também nos subníveis da federação por meio de financiamento e também por criar um precedente para que os movimentos feministas pudessem pressionar seus partidos e os governos de suas localidades. Desse modo, seguindo a ideia de *continuum* do Feminismo de Estado, proposta pela bibliografia, essas ações significaram uma caminhada rumo ao polo positivo (o Estado feminista).

Nesse ponto, duas observações são importantes. A primeira é que a existência de um OPM não garante por si só que há ali uma gestão feminista da política para mulheres, porém, consideramos que a existência de OPMs já se configura enquanto conquista do movimento feminista em nosso contexto. A segunda é que, mesmo quando a gestão estava alinhada com o órgão federal, em termos de comprometimento com as pautas feministas, a disputa se manteve constante, como dito ao longo do texto, em muitos momentos a pasta federal correu riscos de cortes, como veio a acontecer com a crise política vivida no fim do governo petista. Ainda assim, em perspectiva do histórico da institucionalização de políticas para mulheres, o período tem merecido destaque.

Com base no relato das entrevistadas consideramos que os OPMs foram uma porta de entrada para “*colocar em prática os sonhos feministas*”, onde as femocratas puderam operar com aquilo que tinham acumulado ao longo de suas trajetórias enquanto militantes feministas. Porém, apontamos que não houve o tempo necessário para que a SPM constituísse a perspectiva feminista no Estado brasileiro. Nesse sentido, indicamos que a rede que vinha sendo construída verticalmente (com o espalhamento de OPMs pelos níveis da federação) e horizontalmente (com os Conselhos, Conferências e Planos), foi interrompida. Não podemos dizer como seria precisamente a configuração dessa rede e seus efetivos ganhos para o feminismo caso sua construção não tivesse sido interrompida. Mas podemos perceber com esse trabalho o quanto mudanças conjunturais são cruciais para o alcance da

institucionalização das demandas feministas, principalmente, num Estado em que o aparato das políticas de bem-estar e de proteção aos direitos não tem um histórico solidificado. Isso se mostra pela mudança mais recente no contexto político nacional, onde forças conservadoras ascenderam ao poder máximo do país, ocasionando mudanças profundas nas políticas públicas de modo geral, e em particular nas políticas para mulheres. Como apontado no texto, consideramos também que a ascensão de tais forças conservadoras tem como um de seus elementos fundamentais uma resposta aos avanços que vinham sendo operados nas políticas públicas e na sociedade.

Os relatos das ativistas que trabalham e trabalhavam em OPMs demonstraram que a disputa pela construção e manutenção desses organismos foi e é uma constante dentro dos governos, mesmo naqueles geridos por partidos de esquerda. Se antes, havia o exemplo da SPM para legitimar a necessidade de políticas públicas de gênero nos subníveis da federação, hoje o exemplo dado pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos contradiz tudo o que foi até então construído, gerando um ambiente ainda mais hostil para as femocratas que continuam atuantes em estados e municípios. Dessa forma, entendemos como fundamental a influência do Organismo nacional nos demais OPMs presentes nos subníveis da federação. Consideramos que essa influência é maior do que em outras áreas de políticas públicas uma vez que a política para mulheres ainda não havia se consolidado e se demonstra mais vulnerável à ideologia da gestão do momento. Nesse sentido, o conceito de encaixe institucional balizou nossa compreensão sobre a cristalização de mecanismos de políticas oriundos de movimentos sociais no Estado. O encaixe institucional também nos auxiliou na compreensão de que depois de criado, este torna-se independente para responder a outros interesses que não os de seus criadores, dessa forma evidenciamos que o OPM Federal de atualmente passou por esse processo de desapropriação.

Portanto, as oportunidades políticas são colocadas em evidência mais uma vez com a saída do PT do governo federal, já que a troca de governo e a polarização da sociedade apontam um período de mudança na relação entre o movimento feminista e o Estado. Sugerimos que se o movimento feminista contemporâneo eclodiu durante a ditadura militar, em completo embate ao Estado, e posteriormente pode se “encaixar” a este, a relação volta a ser de oposição, mais uma vez.

Na seção 3, “Entre oportunidade e disputas, o feminismo vai ao Estado”, trouxemos as trajetórias e experiências das entrevistadas - mulheres auto declaradas feministas, ainda que

de diferentes vertentes e campos de ação. Desse modo buscamos explorar duas dimensões: a primeira, dizendo respeito às políticas públicas propriamente; a segunda, a experiência subjetiva das entrevistadas. Nesse sentido, destacamos que, mesmo que o campo das políticas para mulheres opere como arena de/em disputa, a atuação institucional pôde produzir resultados não só formais, em questão de políticas públicas, mas também informais, pela propagação de seus ideais no interior do governo e de sua gestão. Além disso, enfatizamos como elementos das trajetórias individuais das femocratas ajudam a explicar suas estratégias e ações enquanto gestoras.

No que diz respeito à agência das femocratas que ainda estão atuantes, estas indicam que precisam usar estratégias semânticas e brechas em leis para que possam continuar executando suas ações, uma vez que a perseguição ao caráter feminista dos OPMs está cada vez mais evidente. Além disso, indicam métodos para levantar fundos orçamentários, uma vez que o financiamento direto com o órgão federal é praticamente inexistente após o fim da SPM. Desse modo, indicamos que, se no período anterior, as femocratas atuavam como peças fundamentais na construção e na articulação de diferentes encaixes, ocupando um papel importante na tecitura da rede feminista que atravessava Estado e sociedade, no atual contexto suas ações no Estado revelam o constrangimento da estrutura sobre suas agências, que configuram-se como “resistência”.

No mesmo sentido, concluímos que, por não tocar necessariamente na estrutura patriarcal, a pauta da violência contra as mulheres, podendo receber conteúdos e significados políticos diversos, é o mote melhor aceito das políticas para mulheres no Brasil. Afinal, como atentamos ao longo do texto, reconhecemos que a pauta do combate à violência de gênero pode ser ressignificada por forças conservadoras, que podem, além de se manterem distantes das raízes do problema, reforçar concepções que enfatizam a necessidade de “proteger as mulheres”. Assim podemos concluir que o atual contexto não só indica um desmonte das políticas públicas para as mulheres, indicado principalmente pela falta de fornecimento de recursos financeiros, mas também uma perseguição às capacidades conquistadas, representada pelo discurso antifeminista por parte dos representantes do governo, no que chamamos de institucionalização do *backlash* antifeminista.

É importante pontuar que as entrevistas foram feitas entre Junho de 2018 e Dezembro de 2019, período em que, gradativamente, o antifeminismo foi tomando mais espaço, tanto no governo Federal quanto na opinião pública. Nesse sentido, notamos certo otimismo das

entrevistadas sobre o período anterior (a “onda”). Segundo nossas análises, tal otimismo possivelmente advém de uma perspectiva que é influenciada também pela mudança de contexto. Trabalhos anteriores feitos com femocratas mostraram as disputas dentro do movimento e demais intempéries do ativismo institucional, nosso trabalho indica uma visão bastante otimista dessas mulheres, onde elementos que já foram alvo de grande debate dão lugar a uma perspectiva muito mais positiva. Portanto, indicamos que a partir da institucionalização do *backlash* antifeminista as femocratas tornaram-se muito mais otimistas a respeito do desempenho de suas funções, já que essa atuação foi colocada em perspectiva aos – ainda maiores - constrangimentos atuais.

Se o Estado feminista constitui o ponto de chegada de uma longa caminhada que ora avança, ora retrocede, em movimentos não lineares, tais quais ondas e ressacas, estamos em meio a uma turbulenta agitação de marés. As femocratas entrevistadas neste trabalho são otimistas quanto à experiência vivida por elas e acreditam que a disputa pelo Estado deve existir. Ao mesmo tempo, veem o Estado atualmente como um inimigo das mulheres e, desse modo, destacam a necessidade de uma conexão com a experiência das feministas mais novas, e a luta se volta para garantir direitos básicos e frear o avanço de pautas conservadoras. Assim, o contato com a população é sempre lembrado como forma de legitimar a importância das feministas na institucionalização das políticas públicas para as mulheres.

Nesse contexto, notamos que os movimentos feministas encontram-se aquecidos e pulverizados, acionando diversos repertórios, para além do Estado. Desse modo, concluímos que a relação entre Feminismo e Estado no Brasil é constituída por ondas e ressacas, que acontecem simultaneamente a depender das oportunidades políticas da esfera a qual o encaixe está estabelecido.

Por fim, indicamos que estudos futuros poderão se atentar para esses fenômenos mais maturados e aprofundar-se no que buscamos explorar neste trabalho. Cabe aqui ressaltar que sabemos que não houve homogeneidade no que se refere à aproximação ao Estado por parte das diferentes vertentes do movimento feminista e tampouco aos modos de fazê-la. E, ainda, temos ciência de que essa não foi uma oportunidade disponível para toda a pluralidade dos feminismos, ainda assim, acreditamos que um trabalho como este pode ser uma porta de entrada para discussões mais aprofundadas sobre o fenômeno e suas incongruências.

REFERÊNCIAS

- ABERS, Rebecca. Ação criativa, ativismo e lutas no interior do Estado. *In: _____*. **Ativismo Institucional: criatividade e luta na burocracia brasileira**. Brasília: Editora UnB, *no prelo*.
- ABERS, Rebecca; BÜLOW, Marisa Von. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? **Sociologias**, v. 13, n. 28, p. 52–84, 2011.
- ABERS, Rebecca. Bureaucratic Activism: Pursuing Environmentalism Inside the Brazilian State. **Latin American Politics and Society**, v. 61, n. 2, p. 21–44, 2019.
- ABERS, Rebecca; SILVA, Marcelo Kunrath; TATAGIBA, Luciana. Movimentos Sociais e Políticas Públicas: repensando atores e oportunidades políticas. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 105, p. 15–46, 2018.
- ABERS, Rebecca; TATAGIBA, Luciana. Institutional Activism: Mobilizing for Women’s Health From Inside the Brazilian Bureaucracy. *In: ROSSI, Federico M.; BÜLOW, Marisa Von (orgs.)*. **Social movement dynamics: new perspectives on theory and research from Latin America**. New York: Farnham, Surrey, UK ; Burlington, VT, 2015.
- AGUIAR, Bruna Soares de; PEREIRA, Matheus Ribeiro. Antifeminism as a backlash in Bolsonaro government speeches. **Agenda Política**, v. 7, p. 8-35, 2019.
- ALMEIDA, Carla Cecília; BELANÇON, Milena Cristina; CHAVE, Karen Laís Barbero. Institucionalização de Demandas Feministas no Brasil: uma Análise dos Organismos, Conselhos e Serviços Especializados para Mulheres nos Municípios. **Mediações: Revista de Ciências Sociais**, v. 24, n. 3, p. 184-199, 2019.
- ALONSO, Angela. A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. **Novos Estudos**, n. 107, p. 49–58, 2017.
- ALVAREZ, Sonia. A ‘globalização’ dos feminismos Latino-Americanos: tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio. *In: ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (orgs.)*. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- ALVAREZ, Sonia. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, n. 43, p. 13–56, 2014.
- AVELAR, Lúcia; RANGEL, Patrícia. Como as mulheres se representam na política? Os casos de Argentina e Brasil. *In: BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia (orgs.)*. **50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile**. São Paulo: Edusp, 2017.
- BANASZAK, Lee Ann. Inside and Outside the State: Movement Insider Status, Tactics, and Public Policy Achievements. *In: MEYER, D. S.; JENNESS, V.; INGRAM, H. M. (orgs.)*. **Routing the opposition: social movements, public policy, and democracy**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2005.
- BELANÇON, Milena C. A Participação de feministas na burocracia estatal: dinâmicas e efeitos. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 9, n. 1, p. 36-51, 2018.

BIROLI, Flávia. Feminismos, padrões de atuação e disputas políticas no Brasil contemporâneo. In: VEIGA, Ana Maria *et al.* (orgs.). **Mundo de Mulheres no Brasil**. Curitiba: Editora CRV, 2019.

BLAY, Eva A.; AVELAR, Lúcia (orgs.). **50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile**. São Paulo: Edusp, 2017.

BOHN, Simone. Feminismo estatal sob a presidência Lula: o caso da secretaria de políticas para as mulheres. **Revista Debates**, v. 4, n. 2, p. 81–106, 2010.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. Relatório Final de Implementação: I Plano Nacional de Políticas para Mulheres – 2005 - 2007. Brasília: SPM, 2009.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Acórdão nº 2766/2019**. Plenário. Relatora: Ministra Ana Arraes. Sessão de 20/11/2019. Disponível em: <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/redireciona/acordao-completo/%22ACORDAO-COMPLETO-2351255%22>. Acesso em 4 de Fevereiro de 2020.

BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey. Junho de 2013... dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. **Nueva Sociedad: democracia e política em América Latina**, volume especial em português, 2015.

BRITO, Marina. Feminismo e Estado no Brasil: experiências da militância feminista na burocracia estatal. In: MARQUES, D.; REZENDE, D., MANO, M. K., SARMENTO, R.; FREITAS, V. G. (orgs.). **Feminismos em Rede**. Porto Alegre - RS: Zouk, 2019.

BROWN, Wendy. Hoje em dia, somos todos democratas. **Sapere Aude**, v. 9, n. 17, p. 291–302, 2018.

CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; ALBUQUERQUE, Maria do Carmo Alves. Movimentos sociais e seus efeitos nas políticas públicas: balanço do debate e proposições analíticas. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, v. 17, n. 2, p. 360-378, 2017.

CARVALHO, Fabiana A.; POLIZEL, Alexandre Luiz. O Escola Sem Partido e o discurso sobre uma suposta “Ideologia de gênero”. **Revista Inter Ação**, v. 43, n. 2, p. 600–614, 2018.

CARVALHO, Layla P. de. Feminismos, movimentos de mulheres e as políticas de saúde para as mulheres. In: LAVALLE, Adrian Gurza *et al.* (orgs.). **Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2019.

CAYRES, Domitila Costa. **Ativismo Institucional no coração da Secretaria-Geral da Presidência da República: A Secretaria Nacional de Articulação Social no Governo Dilma Rousseff (2011-2014)**. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis - SC, 2015.

ELIAS, Maria Lígia G. G. R. Democracia e aborto: uma reivindicação feminista em contexto de guinada conservadora no Brasil - Uma análise das audiências Públicas da ADPF 442 no STF. In: CONGRESSO ANUAL DA ANPOCS, 42., Caxambú. **Anais...** 2018.

FELTRAN, Gabriel. Deslocamentos - trajetórias individuais, relações entre sociedade civil e

Estado no Brasil. *In*: DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto; PANFICHI, Aldo (orgs.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2002.

GOMIDE, Alexandre de Ávila; PEREIRA, Ana Karine; MACHADO, Raphael Amorim. Burocracia e capacidade estatal na pesquisa brasileira. *In*: PIRES, R., LOTTA, G., OLIVEIRA, V. E. (orgs.). **Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2018.

GONZALEZ, Débora de Fina. Participação institucional e gênero no Brasil e no Chile: Construindo espaços para a participação política das mulheres?. *In*: Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas, 3., São Paulo. **Anais...** 2017.

GONZALEZ, Débora de Fina. Os Mecanismos Institucionais de políticas para as Mulheres na América Latina: Arenas de/em disputas. *In*: Congreso de la Asociación de Estudios Latinoamericanos (LASA), 36., Barcelona. **Anais...** 2018.

LAVALLE, Adrian Gurza *et al.* Movimentos sociais, institucionalização e domínios de agência. **Centro de Estudos da Metrópole** (Texto para discussão nº 019/2017), 2017.

LIMA, Márcia. O uso da entrevista na pesquisa empírica. *In*: ABDAL, A; OLIVEIRA, M. C. e GHEZZI, D. (orgs.). **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Cebrap, 2016.

MACHADO, Lia Zanotta. Feminismos brasileiros nas relações com o Estado. Contextos e incertezas. **Cadernos Pagu**, n. 47, 2016.

MARQUES, Elissa E. A.; SILVA, Suylan A. M. Programa Mulher, Viver Sem Violência: Uma Análise de sua Implementação a Partir da Casa da Mulher Brasileira e de Entidades Parceiras. **Estudos de Administração e Sociedade**, v. 3, n. 2, p. 32–45, 2017.

MATOS, Marlise; PARADIS, Clarisse Goulart. Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro. **Cadernos Pagu**, n. 43, p. 57–118, 2014.

MATOS, Marlise; PINHEIRO, Marina Brito. Dilemas do conservadorismo político e do tradicionalismo de gênero no processo eleitoral de 2010: o eleitorado brasileiro e suas percepções. *In*: ALVES, J. E. D.; PINTO, C. R. J.; JORDÃO, F. (Orgs.) **Mulheres nas eleições 2010**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Ciência Política/Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012.

MAZUR, Amy G.; MCBRIDE, Dorothy E. State feminism. *In*: G. Goertz & A. Mazur (orgs.). **Politics, Gender, and Concepts: Theory and Methodology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

MIGUEL, Sônia Malheiros. Políticas para as Mulheres: um olhar sobre o desmonte em andamento. **Revista Gênero na Amazônia**, n. 15, p. 12–32, 2019.

PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença? **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, p. 268–290, 2001.

PHILLIPS, Anne. O que há de errado com a democracia liberal? **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 6, p. 339–363, 2011.

PINHEIRO, Marina Brito. **Sobre a relação entre os movimentos feministas e o Estado no Brasil (2003-2014)**. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte - MG, 2015.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PIRES, Álvaro P. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. In: POUPART, Jean *et al.* (orgs.). **A Pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis - RJ: Vozes, 2008. p. 43–94.

RIOS, Flávia. Antirracismo, movimentos sociais e Estado (1985-2016). In: LAVALLE, Adrian Gurza *et al.* (orgs.). **Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2019.

RODRIGUES, Cristiano Santos; PRADO, Marco Aurélio Maximo. Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o Estado brasileiro. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, n. 3, p. 445–456, 2010.

RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (orgs.). **O Golpe na perspectiva de Gênero**. Bahia: EDUFBA, 2018.

SANTOS, Yumi Garcia dos. A implementação dos órgãos governamentais de gênero no Brasil e o papel do movimento feminista: o caso do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo. **Cadernos Pagu**, n. 27, p. 401–426, 2006.

SANTOS, Fabiano *et al.* Da ruptura à reconstrução democrática no Brasil. **Saúde em Debate**, v. 40, p. 114–121, 2016.

SCHUMACHER, Schuma. Os movimentos feministas ontem e hoje no Brasil: desafios da sua institucionalização. In: MATOS, Marlise; ALVAREZ, Sonia E. (orgs.). **Quem são as mulheres das políticas para as mulheres no Brasil: Expressões Feministas nas Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres**. 1. ed. v. 2. Porto Alegre - RS: Zouk, 2018.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis: Vozes, 2009.

TILLY, Charles. **Democracia**. Petrópolis - RJ: Vozes, 2013.

ZAREMBERG, Gisela. ¿Gênero versus Pueblo?: Movilización, Cooptación y Participación en Nicaragua, Venezuela, Brasil y México. **Latin American Research Review**, v. 51, n. 1, p. 84–108, 2016.

ANEXO I

Roteiro de entrevista

1. Idade?
2. Profissão?
3. Estado civil?
4. Filhos?

Bloco 1:

- Trajetória

5. Você pode me falar um pouco da sua trajetória de militante? Quais foram os “caminhos” que te levaram ao feminismo: que grupos, coletivos, organizações, experiências “mediaram” esse encontro, e quando e onde foi isso?
6. De quais organizações participa atualmente?
7. O quão próxima você foi de partidos na sua trajetória como feminista? Você foi/é filiada a algum partido?
8. Quando e como você iniciou sua atuação no Estado? Você foi convidada por alguém ou grupo em específico? (Quem?) Qual era o partido do governo?
9. Antes de ocupar o cargo, você estava vinculada a algum coletivo feminista? Como foi a tomada a decisão sobre ocupar o cargo no Estado?
10. Você já concorreu a algum cargo eletivo? (Se não, porquê?) E já ocupou outros cargos políticos não eletivos? (Qual?)

Bloco 2:

- Atuação

11. Você acha que é mais difícil/fácil atuar em cargos públicos ou em cargos legislativos na defesa das pautas feministas? Quais são, na sua opinião, as vantagens e desvantagens dessas duas possibilidades para as feministas: cargos públicos/cargos eletivos.
12. Enquanto ocupando o cargo estatal, como se deu a articulação entre o movimento feminista “de dentro” e o “de fora” do Estado? Como as feministas “da rua” viram sua atuação dentro do estado?

13. Como você avalia a atuação de militantes que estão ou estiveram trabalhando no Estado? Elas conseguiram trazer o debate acerca dos temas de interesse das mulheres e feministas para dentro das estruturas estatais? Qual você acredita que possa ser a contribuição destas militantes para fazer do Estado mais sensível às questões de gênero?
14. Quais os obstáculos percebidos nesse tipo de relação com o Estado? Quais as vantagens?
15. Como você avalia a parceria, se havia, entre a secretaria e o conselho, as conferências? Havia de fato participação da sociedade civil? Esse foi um canal entre o Estado e a sociedade, ao seu ver? Como você avalia o impacto das parcerias (convênios, contratos, termos de cooperação, etc.) entre o governo federal e as organizações da sociedade civil. Colabora para a inclusão de demandas? Não colabora?

Bloco 3:

- Perspectivas

16. Com a mudança dos governos pudemos perceber que muitos cargos antes ocupados por feministas foram transferidos para pessoas com posturas conservadoras, como você avalia essa questão de um cargo duramente conquistado pelo movimento feminista posteriormente ser ocupado por pessoas com interesses tão diversos?
17. Como você avalia sua relação hoje com o feminismo? Ela ficou mais ou menos intensa depois que você ingressou no Estado?
18. Hoje em dia, é possível identificar, em feministas da nova geração, uma crítica a muita proximidade com o Estado e com a institucionalidade. Você também percebe esse movimento entre as mais novas? O que acha dessas posições, principalmente dessas posições que partem das gerações mais novas?
19. Falamos aqui de sua experiência como feminista no Estado. Mas, considerando a diversidade que há no feminismo, o quanto esse repertório foi acessível a essa diversidade? O Estado foi permeável da mesma maneira a todos os feminismos? Quem são/foram as feministas que conseguiram esse acesso?